



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

017670/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 42e9ff85-de85-4a28-9566-cffe57cd3ed4

AUTUADO EM	Terça-feira, 20 de Maio de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	LOUISA SPITZ
INTERESSADO (S)	
SENHOR DOS CUPINS LTDA	

RESUMO
<i>RECURSO PE 90.010/2025 - PA 22.702/2024 - SENHOR DOS CUPINS LTDA - CNPJ 28.470.673/0001-24</i>
DATA:20/05/2025



AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

DADOS DO PROCESSO:

Processo Administrativo nº 22.702/2024

Pregão Eletrônico nº 90.010/2025

SENHOR DOS CUPINS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com inscrição no CNPJ sob o nº **28.470.673/0001-24**, com sede no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, situada na Av. Automóvel Club, 4080, Vilar dos Teles, CEP: 25.565-171, por meio de seu representante legal que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO** em face das decisões de habilitação das licitantes **FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA.**, com inscrição no CNPJ sob o nº **51.009.145/0001-94**, e **BONANZA SANEAMENTO LTDA.**, com inscrição no CNPJ sob o nº **03.912.365/0001-80**, com base nos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Aduz a Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos, em seu art. 165, I, “c”, quanto à possibilidade de interposição recursal perante o ato de habilitação ou inabilitação de licitante, no prazo de 3 (três) dias úteis contados de sua intimação ou lavratura da ata.

Assim como expresso em seu art. 183, *caput*, para contagem de prazos, exclui-se o dia do começo, e se inclui a data de vencimento, e ao passo que a decisão em questão foi exarada na data de 7/5/2025, tem-se como prazo final para apresentação recursal a data de 12/5/2025, sendo, destarte, a presente peça tempestiva.

II – DOS FATOS



O Município de Nova Friburgo-RJ instaurou o Processo Administrativo nº 22.702/2024, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, para fins de, nos termos do art. 82 e ss. da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021, registrar formalmente preços relativos à prestação de serviços continuados de dedetização, desratização, limpeza e higienização de caixa d'água e cisterna, com análise química e bacteriológica da água, descupinização e prevenção de cupins, sanitização de ambiente e controle e manejo de pombos e morcegos, para atender às necessidades dos imóveis sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, sendo realizada a disputa de lances no dia 29/4/2025, com início às 10h.

Destarte, na data e horário definidos, por meio do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), os licitantes interessados na respectiva contratação compareceram, ofertando lances com a observância das disposições editalícias, sagrando-se vencedora no Grupo 1 (*Lote 1 - Dedetização*) a empresa Fimpra Serviços de Dedetização Ltda., ora Primeira Recorrida, e no Grupo 2 (*Lote 2 - Limpeza de Reservatórios e Análise da Água*), a empresa Bonanza Saneamento Ltda., ora Segunda Recorrida.

A despeito das expressas previsões editalícias, a habilitação das Recorridas se deu sem que estas fossem devidamente observadas, e da análise feita se concluiu diversamente do que seria possível, conforme excerto extraído do Termo de Julgamento do Pregão nº 90.010/2025 abaixo colacionado:

Sistema	07/05/2025 às 10:31:38	Senhores licitantes, bom dia!
Sistema	07/05/2025 às 10:31:45	Estamos retomando a sessão.
Sistema	07/05/2025 às 10:41:12	Informo que as empresas BONANZA SANEAMENTO LTDA e FIMPRA SERVIÇOS DE DEDETIZACAO LTDA. comprovaram atender às exigências editalícias.
Sistema	07/05/2025 às 10:41:31	Senhores fornecedores, informo que a análise da documentação e proposta ajustada de preços das proponentes provisoriamente declaradas vencedora do certame foi finalizada, e, verificou-se que as empresas enviaram toda a documentação, conforme solicita o edital.

Como será devidamente demonstrado, constata-se a ausência de documentos imprescindíveis à habilitação no certame, o que deve ensejar, inevitavelmente, na reforma de tal decisão, como impelem princípios expressos no art. 5º da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021, como o da vinculação ao edital e o da legalidade.

III – DAS RAZÕES DE MÉRITO E DIREITO



a) Do Poder de Autotutela da Administração Pública e a Possibilidade de Rever Seus Próprios Atos

Preliminarmente, cumpre destacar que a Administração Pública é dotada do poder de autotutela, que lhe confere a prerrogativa de controlar a legalidade e a conveniência de seus próprios atos. Nesse sentido, pode anulá-los quando eivados de ilegalidade ou revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, em atenção ao interesse público. Tal atribuição decorre dos princípios da legalidade e da eficiência, permitindo que a Administração promova a correção de seus atos diretamente, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário, o que é expresso nos enunciados da Súmulas nºs 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

***Súmula 346** - A administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.*

***Súmula 473** - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

Tal disposição é igualmente trazida pela Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em seu art. 53: “A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”.

Destarte, a autotutela impõe-se para a Administração Pública como um poder-dever de rever seus atos, realizando o controle de legalidades destes, o que pode ser feito, inclusive, independentemente de provocação.

Portanto, é imperioso que o Município de Nova Friburgo valha-se desta prerrogativa, que se amolda como verdadeira obrigação, para sanear os vícios contidos na condução do Processo Administrativo nº 22.702/2024, o que caso não ocorra, deverá ensejar em sua anulação, nos termos do art. 71, III, da Lei Nacional de Licitações e Contratos:



Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

Tem-se que, verificada a existência de irregularidade, a Administração Pública deve, prioritariamente, emendar esforços para sua correção, impondo-se a anulação do ato, em observância ao princípio da legalidade e à necessidade de resguardar o interesse público, caso a irregularidade se revele insuscetível de saneamento.

b) Dos Princípios da Legalidade e da Vinculação ao Edital

Corolário do princípio da legalidade insculpido na própria Constituição da República de 1988, em seu art. 37, *caput*, e pela Lei Nacional nº 14.133, de 2021, em seu art. 5º, tem-se o princípio da vinculação ao edital, também presente em seu art. 5º, que obriga a Administração e os licitantes a observarem as normas e condições estabelecidas no edital, desde que estejam em conformidade com a legislação aplicável em vigor; ou seja, nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento editalício.

Em exegese do princípio da legalidade, tem-se que, enquanto ao particular aquilo que não lhe é proibido, existe permissivo, para o Gestor Público, o raciocínio é inverso, lhe sendo vedado tudo aquilo que a lei não permite, e sendo o edital a regra do jogo, este faz lei entre as partes (Administração e Licitante) e não pode ser ignorado, devendo o regramento estabelecido por suas condicionantes de participação ser devidamente obedecido, ao passo que seu desrespeito pode ensejar na própria anulação do certame, que é o que nos diz o Supremo Tribunal Federal no enunciado da supramencionada Súmula 473.

c) Das Razões de Reforma da Decisão de Habilitação da Primeira Recorrida

Previu o Termo de Referência (Anexo I) em seu item 4.5, concernente ao julgamento das propostas, que na fase de avaliação de sua aceitabilidade, bem como do cumprimento das especificações do objeto, cumpriria ao licitante demonstrar sua regularidade ambiental (Subitem 4.5.1.1), em observância do disposto na Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017 e no Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019 (atos normativos do



Estado do Rio de Janeiro), com a apresentação de determinada documentação comprobatória da regularidade ambiental para o exercício das atividades de controle de vetores e pragas urbanas, destacando-se as seguintes:

4.5.1.1.1. Licença Ambiental válida, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que autorize a empresa a exercer atividades de controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro (Apresentar a Licença Ambiental Comunicada - LAC, ou outra licença que venha a substituí-la).

4.5.1.1.2. Certidões Ambientais, emitidas pelo INEA:

- ***4.5.1.1.2.1. Certidão Ambiental de inexistência ou existência, nos últimos cinco anos, de penalidades referentes à prática de infração ambiental.***
- ***4.5.1.1.2.2. Certidão Ambiental de inexistência ou existência nos últimos cinco anos, de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais praticadas pelo licitante.***

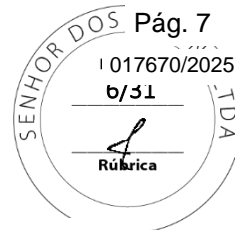
4.5.1.1.3. Certificado de Controle de Agrotóxicos válido, emitido pelo INEA, que ateste o cadastramento dos produtos agrotóxicos (desinfestantes domissanitários, de uso não agrícola, de uso veterinário e outros biocidas) para comércio e uso no Estado, bem como a regularidade do uso de agrotóxicos nas atividades de controle de vetores e pragas urbanas e nas atividades de limpeza e higienização de reservatórios de água, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Em detida análise da documentação de habilitação apresentada pela Primeira Recorrida, não foram identificadas nem as certidões acima destacadas, tampouco a respectiva licença ambiental emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, cujo formato de emissão pode ser abaixo verificado:



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

LICENÇA AMBIENTAL COMUNICADA

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 46.619, de 2 de abril de 2019, em especial, do Decreto nº 46.690, de 23 de dezembro de 2019, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, concede o presente instrumento a

CNPJ/CPF:

Endereço:

Objeto:

Coleta e transporte rodoviário de resíduos não perigosos.

No seguinte local:

EM TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prazo de validade:

Este documento é válido até , respeitadas as condições nele estabelecidas, e é concedido com base nos autos e informações constantes do processo nº SEI-

Condições de validade:

- 1- Esta Autorização diz respeito aos aspectos ambientais e não exige o requerente do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 2- Este documento não pode ser alterado, sob pena de perder sua validade;
- 3- Esta licença não contempla o transporte rodoviário de resíduos classificados como perigosos;
- 4- Fica proibida a fragmentação da atividade de transporte rodoviário de resíduos e produtos, perigosos ou não, para efeito de licenciamento comunicado;
- 5- Cumprir as determinações da NOP-INEA-35 - Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79, de 7.3.2018 e publicada no DOERJ de 13.3.2018, mantendo atualizados todos os dados cadastrais na plataforma;
- 6- Manter a disposição do órgão planilha com todos os registros operacionais contendo: nº do manifesto de resíduos, geradores, tipologia dos resíduos, volume (m3), peso (t), local de beneficiamento (caso haja) e o local de destinação final, bem como cópia de todas as licenças ambientais das empresas que realizam o beneficiamento e a destinação final dos resíduos coletados e transportados;
- 7- Destinar os resíduos coletados somente à empresas com licença ambiental válida.
- 8- Portar, em todos os veículos da frota, uma cópia desta licença e do Diagnóstico Ambiental Resumido

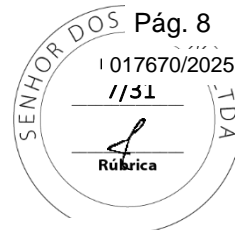
Licença ambiental comunicada

SEI SEI- / pg. 1



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



(DAR) atualizado;

9- Cumprir as determinações da NOP-INEA-14 - Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel - PROCON FUMAÇA PRETA, aprovada de acordo com a Resolução CONEMA nº 58, de 13.12.13;

10- Cumprir as diretrizes da ABNT - NBR 13.221 - Transporte Terrestre de Resíduo;

11- Manter sistema de rastreabilidade on-line nos veículos transportadores de resíduos, permitindo acesso ao órgão ambiental quando requisitado;

12- Manter atualizada a ART do Responsável Técnico pela atividade requerida, renovando sempre que vencida;

13- Efetuar os serviços de apoio à frota como lavagem, lubrificação, abastecimento, manutenção e pintura dos veículos somente em empresas licenciadas para tais atividades;

14- Utilizar rótulos de identificação dos resíduos, de acordo com a legislação vigente;

15- Comunicar qualquer acidente ambiental, imediatamente, à Gerência de Operações em Emergências Ambientais do Inea, plantão de 24 horas (21) 2334-7910, (21) 2334-7911 e (21) 98596- 8770;

16- Fica proibido o transporte de resíduos eletrônicos descaracterizados, tendo em vista a periculosidade de seus componentes;

17- Fica proibido o transporte de resíduos com veículos não cadastrados no Diagnóstico Ambiental Resumido - DAR;

18- Manter todos os dados da atividade atualizados no Portal do Licenciamento, reportando ao Inea qualquer alteração realizada;

19- Esta licença perderá sua validade caso haja qualquer alteração na frota que implique em mudança da sua classe de impacto;

20- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental sempre que julgar necessário;



A autenticidade deste documento pode ser conferida apontando a câmera para o QRCode.

O não cumprimento das condições constantes nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento deste documento.



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], **Presidente**, em [REDACTED], às [REDACTED], conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [REDACTED], informando o código verificador [REDACTED] e o código CRC [REDACTED].

Referência:

SEI nº 51517704

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-4638

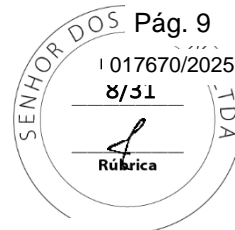
Licença ambiental comunicada [REDACTED]

SEI SEI- [REDACTED] / pg. 2



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Pós-Licença

CERTIDÃO AMBIENTAL

[Redacted]

[Redacted]

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 48.690 de 14 de setembro de 2023, em especial, do Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, concede o presente instrumento a

[Redacted]

CPF/CNPJ:

[Redacted]

Endereço:

[Redacted]

Objeto:

Atestando a inexistência, até a presente data, de penalidades referente à prática de infração ambiental.

No seguinte local:

[Redacted]

Prazo de validade:

Este documento é válido até [Redacted], respeitadas as condições nele estabelecidas, e é concedido com base nos autos e informações constantes do processo nº [Redacted]

Condições de validade:

1- Este documento diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o requerente do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

[Redacted]

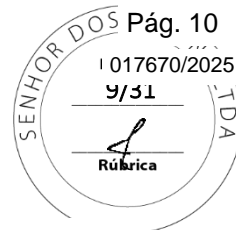


A autenticidade deste documento pode ser conferida apontando a câmera para o QRCode.



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



O não cumprimento das condições constantes nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento deste documento.

Rio de Janeiro, [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], em [REDACTED], às [REDACTED], conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[REDACTED], informando o código verificador [REDACTED] e o código CRC [REDACTED].

Referência: Processo nº [REDACTED]

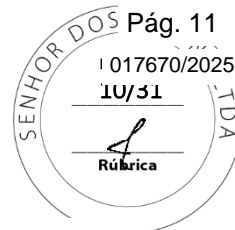
SEI nº [REDACTED]

Avenida Venezuela, 110, - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Pós-Licença

CERTIDÃO AMBIENTAL

CANº [REDACTED]

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 48.690 de 14 de setembro de 2023, em especial, do Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, concede o presente instrumento a

[REDACTED]

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Endereço: [REDACTED]

Objeto:

Atestando a inexistência, até a presente data, de dívida financeira referente a infração ambiental nos últimos cinco anos.

No seguinte local:

[REDACTED]

Prazo de validade:

Este documento é válido até [REDACTED], respeitadas as condições nele estabelecidas, e é concedido com base nos autos e informações constantes do processo nº [REDACTED] e seus anexos.

Condições de validade:

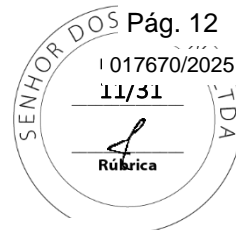
1- Este documento diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o requerente do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;


[REDACTED]



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS






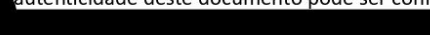



	A autenticidade deste documento pode ser conferida apontando a câmera para o QRCode.
---	---

O não cumprimento das condições constantes nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento deste documento.

Rio de Janeiro, 



Documento assinado eletronicamente por , em , às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).

	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site   informando o código verificador  e o código CRC  .
---	--

Referência: 

SEI nº 

Avenida Venezuela, 110, - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Como exposto alhures, as determinações do edital devem ser observadas tanto pelo licitante, e, mormente pela Administração, motivo pelo qual não se pode admitir a manutenção da decisão de habilitação da Primeira Recorrida, quando inequivocamente esta não possui condição para tanto.

Inclusive, traz-se à baila correspondência eletrônica realizada entre a Recorrente e a Comissão Permanente de Pregão II do Município de Nova Friburgo sobre em que momento especificamente se daria a verificação das condicionantes existentes no Termo de Referência (Anexo I do Edital), ao que fora esclarecido que esta ocorreria na fase de habilitação, o que, infelizmente, não se deu de maneira devida:



Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>
Para: Você
Ter, 29/04/2025 12:05

Prezado, boa tarde,

Referida documentação será solicitada posteriormente, na fase de habilitação.

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Pregão II
Secretaria de Licitações e Planejamento
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - RJ

Em ter., 29 de abr. de 2025 às 11:46, Anderson Camillo <acosilva@msn.com> escreveu:
Excelente dia,

Gostaria de saber se o julgamento das propostas não será feito conforme indicado no item 4.5 na página 15 do Termo de Referência com a solicitação da documentação lá relacionada?

Atenciosamente,
Alan Dias da Silva

Responder Encaminhar

Tal alegação pode facilmente ser verificada junto ao Portal do Licenciamento do Inea no endereço de URL: <https://www.inea.rj.gov.br/licenambiental/>, sendo que, realizada consulta a processos existentes em nome da Primeira Recorrida (<http://scup.inea.rj.gov.br/SCUP/>), fora possível tão somente a identificação daqueles destinados à expedição do Certificado de Controle de Agrotóxicos - CTA por ela apresentados:

Sistema de Consulta Unificada
Não seguro scup.inea.rj.gov.br/SCUP/

Acesso ao Diário Eletrônico Processos SLAM

Processos Digitais Disponível Processos Físicos Disponível Processos Municipais Disponível

Nº do Processo:
Número do Processo

Nome do Interessado:
Nome do Interessado

CPF CNPJ
11.009.145/0001-94

Atividade:
Atividade

Data de Emissão do Instrumento: Até:
dd/mm/aaaa dd/mm/aaaa

Exportar Resultados para Planilha

Tipo de Instrumento:
Selecione...

Nº do Instrumento:
Número do Instrumento Completo EX.009523

Município:
Selecione...

Região Hidrográfica:
Selecione...

Data de Abertura: Até:
dd/mm/aaaa dd/mm/aaaa

Não sou um robô

Processos Encontrados: 2

Ações	Processo	Interessado	CPF/CNPJ	Data de Abertura	Instrumento	Nº do Instrumento	Data de Emissão do Instrumento	Atividade	Município	Tipo de Processo
Q	SEI-070002/018510/2023	FIMPIRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA.	11.009.145/0001-94	18/10/2023	CTA	IN007012	01/02/2024		Todos Municípios	Digital
Q	SEI-070002/018502/2023	FIMPIRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LIMITADA	11.009.145/0001-94	18/10/2023	CTA	IN007011	01/02/2024		Todos Municípios	Digital

No que diz respeito às demonstrações contábeis apresentadas pela Primeira Recorrida, estas encontram-se incompletas se analisadas sob a égide da legislação de regência da matéria.

AVENIDA AUTOMÓVEL CLUB, Nº 4.080 – JARDIM JOSÉ BONIFÁCIO – SÃO JOÃO DE MERITI – RJ – CEP 25.565-171
TEL.: (21) 4132-6509 – CEL.: (21) 997573-8022 – E-MAIL: COMERCIAL@SENHORDOSCUPINS.COM.BR
CNPJ: 28.470.673/0001-24 – INEA CTA Nº IN007005 (CRV) – INEA CTA Nº IN007026 (CRH) - INEA LAC Nº IN003540
WWW.SENHORDOSCUPINS.COM.BR



A Lei Nacional nº 14.133, de 2021, informa apenas que para demonstração da aptidão financeira do licitante em cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, lhe podem ser exigidos o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, sem, contudo, adentrar no mérito sobre quais seriam as respectivas “*demais demonstrações contábeis*”.

Tal esclarecimento se obtém pelo exame do Código Civil Brasileiro (Lei Nacional nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), da Lei Nacional nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a Sociedade por Ações, e das Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, a exemplo da ITG 1000, que define normas aplicáveis e modelos de plano de contas e demonstrações contábeis para microentidade e pequena empresa.

A Lei Nacional nº 6.404, de 1976, informa em seu art. 176 sobre os elementos que devem estar presentes nas demonstrações financeiras das pessoas jurídicas, se destacando o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, o livro diário, com seus respectivos termos de abertura e encerramento, as notas explicativas e de seu recibo de entrega, quando em caso de escrituração contábil digital – ECD.

Verifica-se dentre os documentos trazidos pela Primeira Recorrida o balanço patrimonial do exercício de 2023, especificamente de junho a dezembro do respectivo ano, considerando a data de abertura da empresa; sua demonstração de resultado de exercício; o livro diário, incluídos termos de abertura e encerramento; e seu recibo de entrega por meio do *Sped*, por se tratar de escrituração contábil digital; ausentes, deste modo, as notas explicativas, em descompasso às exigências legais.

d) Das Razões de Reforma da Decisão de Habilitação da Segunda Recorrida

Os critérios de habilitação técnica previstos no art. 67 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021, destinam-se à comprovação de que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação, referindo-se, deste modo, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação.

A documentação para habilitação técnica deve comprovar, a depender do tipo de objeto a ser contratado, a qualificação técnico-profissional e a técnico-operacional cumulativamente.



Enquanto a qualificação técnico-profissional trata-se da vinculação ao licitante de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessários à execução do objeto do certame, a técnico-operacional envolve a comprovação de que o licitante já executou, de modo satisfatório, atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação.

No presente certame, a comprovação de qualificação técnica se deu nos seguintes termos:

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

19.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Ocorre que a documentação apresentada pela Segunda Recorrida para tais fins nem de longe é capaz de demonstrar sua qualificação técnico-operacional.

A princípio, busca-se apontar o vício contido em sua certidão de regularidade perante o Conselho Federal de Farmácia, válida, diga-se de passagem, tão somente até o dia 30/4/2025, culminando na urgente necessidade de sua renovação para execução dos serviços



objeto do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, que aponta exclusivamente para a atividade de dedetização:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ



CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2024



CADASTRO NO CRF SOB O 21402	VALIDADE 30/04/2025	CODIGO DE AUTENTICAÇÃO 6D49E158104D3131206B01DE5BD6B999
RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL BONANZA SANEAMENTO LTDA		
NOME FANTASIA DESENTUPIDORA BONANZA		
TIPO DE ESTABELECIMENTO OUTROS ESTABELECIMENTOS	NATUREZA DE ATIVIDADE DEDETIZADORA	
ENDEREÇO RUA JOAQUIM MARTINS, 274	CNPJ 03.912.365/0001-80	
LOCALIDADE ENCANTADO	CIDADE - UF RIO DE JANEIRO-RJ	
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO		
Domingo *****	Segunda 08:00 às 17:00	Terça 08:00 às 17:00
Quarta 08:00 às 17:00	Quinta 08:00 às 17:00	Sexta 08:00 às 17:00
Sábado 08:00 às 12:00		
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS		
TIPO F	INSCRIÇÃO 23066	NOME KAREN GALAXE MARTINS FERREIRA
FUNÇÃO DIRETOR TÉCNICO		SITUAÇÃO CONTRATADO
Domingo *****	Segunda *****	Terça *****
Quarta *****	Quinta *****	Sexta *****
Sábado 10:00 às 11:00		

Encontrando-se a Segunda Recorrida como vencedora do Grupo 2 (*Lote 2 - Limpeza de Reservatórios e Análise da Água*), faz-se mister que seu registro no conselho profissional apresente também seu credenciamento para execução do correspondente serviço, como se evidencia pela imagem abaixo:



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS

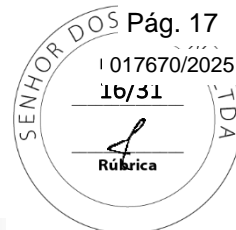


CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 2ª REGIÃO – CRBio-02

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA E TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (TRT)

CERTIFICADO Nº 2025-02	EXERCÍCIO 2025	VALIDADE 31/03/2026	REGISTRO Nº 3160-02	INSCRIÇÃO 15/07/2019
RAZÃO SOCIAL SENHOR DOS CUPINS LTDA				CNPJ 28.470.673/0001-24
ENDEREÇO AVN AUTOMÓVEL CLUBE 4080				
MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO		BAIRRO JARDIM DOS TÉLES	CEP 25565171	UF RJ
RESPONSABILIDADE TÉCNICA CONTROLE DE VETORES E PRAGAS/HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS				
RESPONSÁVEL(S) TÉCNICO(S) DANIELLE MONIQUE ALVES RIENTE - CRBio-02 REGISTRO Nº 102958 /02-D CONTROLE DE VETORES E PRAGAS/HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS				

O presente TRT da Pessoa Jurídica homologada neste CRBio-02 possui o status **ATIVO** e a emissão em 27/03/2025

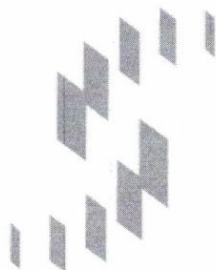
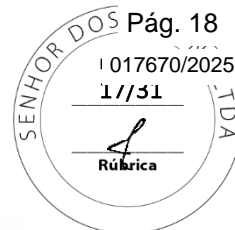


Ademais, dentre os diversos documentos trazidos pela Segunda Recorrida, apenas um fora apresentado formalmente como atestado de capacidade técnica e ainda assim, incompatível com os serviços de Limpeza de Reservatórios e Análise da Água, como se evidencia a seguir:



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



grupo
salta



Atestado de capacidade técnica

Atestamos para todos os fins de direito, que a empresa BONANZA SANEAMENTO EPP, estabelecida na Rua Joaquim Martins 274 – Piedade – Rio de Janeiro – CEP 20745-230, CNPJ 03.912.365/0001-80, é nossa fornecedora de **Serviços de Desentupimentos** com máquinas eletrorotativas, Caminhão tipo sewer jêt, **Desinsetização, Sanitização, Desratização e Descupinização**, no período de 2020 á 2024, totalizando 15.000 M², relativos a todas as unidades de nossa rede. A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objetivo contratado, nada tendo que a desabone.

Por verdade, firmamos a presente.

Eden O. Lima

LOCAL E DATA 08/10/2024

CPF: 090.621.737-03.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S/A – RUA RODRIGO DE BRITO, 13 – BOTAFOGO – RIO DE JANEIRO RJ – CEP: 22.280-100 CNPJ: 17.765.591/0001-70 – TEL: 21 3528-5100

Aparentemente, o respectivo atestado teria sido emitido pelo Grupo Salta Educação S/A, todavia, em pesquisa junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, o número identificador do CNPJ constante no documento em questão é inválido, como se atesta a seguir:



BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

REDEXIM COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Solicitação do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.

Cidadão,

Número do CNPJ : 17765591000170

O número do CNPJ não é válido. Verifique se o mesmo foi digitado corretamente. (010-CON-FORM)
Consulta realizada em 12/05/2025 às 15:43:38

REDEXIM Passo a passo para o CNPJ Consultas CNPJ Estatísticas Parceiros Serviços CNPJ

Quanto aos demais documentos juntados pela Segunda Recorrida, tratam-se, aparentemente, de contratos de prestação de serviços de desinsetização e desratização em andamento e de notas fiscais emitidas em razão da realização destes que, como é cediço, não possuem o condão de substituir os atestados, e que apenas podem ser exigidos para fins de comprovação destes, conforme entendimento externado recentemente pelo Tribunal de Contas da União em seu Acórdão nº 519/2025 – Plenário:

A comprovação da prestação de serviços constantes de atestado de capacidade técnica, quando solicitada, deve ser feita mediante nota fiscal, e não por meio de recibo, compreendendo todo o período mencionado no atestado. (Acórdão 519/2025 – Plenário, Representação, Ministro Relator Ministro Benjamin Zymler) (grifo nosso).

Os contratos em vigor supramencionados são incapazes de propiciar atestados de capacidade técnica válidos para demonstração da aptidão da Segunda Recorrida à execução dos serviços de limpeza de reservatórios e análise da água, inclusive o próprio contrato no qual figura-se como contratante o Município de Nova Friburgo (Contrato nº 202/2024), sob pena de clara ofensa às disposições editalícias (19.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto



se firmado para ser executado em prazo inferior) com o descumprimento de regra por ele mesmo criada.

Ainda sobre sua (in)capacitação técnica, salienta-se a não apresentação da licença ambiental emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, e das certidões que atestam a inexistência ou existência, de penalidades e dívidas, nos últimos cinco anos, referentes à infrações ambientais, que são exigidas no Termo de Referência (Anexo I – Item 4.5), com o escopo de se verificar a regularidade ambiental dos licitantes.

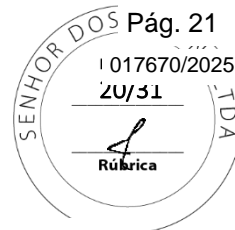
Pois bem, no que se refere às demonstrações contábeis da Segunda Recorrida, constata-se que estas também não atendem às exigências do edital. A Lei Nacional nº 14.133, de 2021, em seu art. 69, informa que, para demonstração da aptidão financeira do licitante em cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, lhe podem ser exigidos o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (I), e ainda, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (II), devendo ser apurada de forma objetiva, por meio de coeficientes e índices econômicos previstos no edital, em consonância ao que se verifica em seus itens 18.2 e 18.4.

Considerando o prazo para transmissão da escrituração contábil digital até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração, conforme art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, as demonstrações contábeis exigíveis no Processo Administrativo nº 22.702/2024 são as dos exercícios de 2022 e 2023, todavia, as apresentadas pela Segunda Recorrida foram as de 2021 e 2023, sendo estas verificáveis por meio da “Consulta Escrituração Contábil Digital Existente”, no endereço de URL: <https://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/>, como se tem nas imagens abaixo, em inquestionável desatendimento de regramento editalício:



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 33209657992	CNPJ 03.912.365/0001-80
NOME EMPRESARIAL BONANZA SANEAMENTO LTDA EPP	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 2
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 13.45.D4.0D.6B.D7.52.E9.BF.0E.72.1A.02.17.94.4A.89.3A.B0.41	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	43978720744	FRANCISCO CALACA DA SILVA:43978720744	209321317589444219 493225179567789973 45	01/03/2024 a 01/03/2025	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	03912365000180	BONANZA SANEAMENTO LTDA: 03912365000180	494750109011128357 139433912182464009 85	16/08/2021 a 15/08/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

13.45.D4.0D.6B.D7.52.E9.BF.0E.72.1A.
02.17.94.4A.89.3A.B0.41-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 01/03/2024 às 15:14:37

EB.25.17.5C.38.E9.1B.22
89.A6.31.3D.95.62.CE.DD

sped.fazenda.gov.br/appConsu

sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/

Sped CONTÁBIL
DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

HASH CNPJ e Ano ECD Substituição Estatística UF/Cnae

CONSULTA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

CHAVE DE ACESSO DO DOCUMENTO (HASH DA ESCRITURAÇÃO)

CHAVE DE ACESSO DO DOCUMENTO (HASH DA ESCRITURAÇÃO)
1345D40D6B0752E9BF0E721A0217944A893AB041

OU

ESCOLHA UM TIPO DE ARQUIVO Escolher arquivo Nenhum arquivo escolhido

☐ Sou humano **FILTRAR**

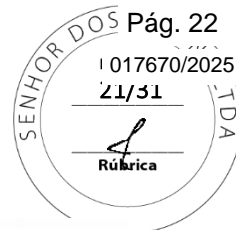
A consulta foi realizada na data 12/05/2025 às 10:50:54 e reflete a situação da escrituração neste momento

CNPJ	03.912.365/0001-80
NIRE	33209657992
SCP	Não informado
Hash	1345D40D6B0752E9BF0E721A0217944A893AB041
Período	01/01/2021 a 31/12/2021
Natureza	
Número Livro	2
Situação	A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 5.883/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 2º-B da Lei nº 5.324/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.139-A da Lei nº 5.324/1994).
Hash Substituta	



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO	
NIRE 33209657992	CNPJ 03.912.365/0001-80
NOME EMPRESARIAL BONANZA SANEAMENTO LTDA EPP	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO	
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 5
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 5A.22.36.F2.C6.37.C7.51.FC.D9.F9.5A.4A.24.F2.A5.19.18.E5.ED	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
CONTADOR	43978720744	FRANCISCO CALACA DA SILVA:43978720744	209321317589444219 493225179567789973 45	01/03/2024 a 01/03/2025	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	03912365000180	BONANZA SANEAMENTO LTDA:03912365000180	494750109011128357 139433912182464009 85	16/08/2021 a 15/08/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

5A.22.36.F2.C6.37.C7.51.FC.D9.F9.5A.4A.24.F2.A5.19.18.E5.ED-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 26/06/2024 às 09:38:29

F7.B1.45.E9.0C.CC.91.A6
EE.72.D7.B1.83.C3.BA.2D

Sped CONTÁBIL
DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

HASH CNPJ e Ano ECD Substituição Estatística UF/Cnae

CONSULTA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

CHAVE DE ACESSO DO DOCUMENTO (HASH DA ESCRITURAÇÃO)

CHAVE DE ACESSO DO DOCUMENTO (HASH DA ESCRITURAÇÃO)
5A2236F2C637C751FCDF95A4A24F2A51918E5ED

OU
ESCOLHA UM TIPO DE ARQUIVO | Escolher arquivo | Nenhum arquivo escolhido

☐ Sou humano ☐ Sou máquina

FILTRAR

A consulta foi realizada na data 12/05/2025 às 10:54:12 e reflete a situação da escrituração neste momento

CNPJ	03.912.365/0001-80
NIRE	33209657992
SCP	Não informado
Hash	5A2236F2C637C751FCDF95A4A24F2A51918E5ED
Período	01/01/2023 a 31/12/2023
Natureza	5
Número Livro	5
Situação	A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.334/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.139-A da Lei nº 8.334/1994).
Hash Substituta	

Destaca-se que, em comparação aos valores apresentados pelos respectivos

índices trazidos pelo edital (18.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC)),
AVENIDA AUTOMÓVEL CLUB, Nº 4.080 – JARDIM JOSÉ BONIFÁCIO – SÃO JOÃO DE MERITI – RJ – CEP 25.565-171
TEL.: (21) 4132-6509 – CEL.: (21) 997573-8022 – E-MAIL: COMERCIAL@SENHORDOSCUPINS.COM.BR
CNPJ: 28.470.673/0001-24 – INEA CTA Nº IN007005 (CRV) – INEA CTA Nº IN007026 (CRH) - INEA LAC Nº IN003540
WWW.SENHORDOSCUPINS.COM.BR



superiores a 1 (um)), pode-se afirmar que a Segunda Recorrida não apresenta boa higidez financeira, eis que tanto sua Liquidez Corrente, quanto sua Liquidez Geral encontram-se abaixo de 1 (um), sendo certo que os valores apresentados como do exercício de 2022 representam, na verdade, o exercício de 2021, de maneira que teve que se valer da condicionante estabelecida pelo edital (item 18.5) para não ser prontamente inabilitada também por não preencher adequadamente os requisitos de qualificação econômico-financeira; naturalmente, o fato de não ter apresentado documento essencial para tanto (demonstrações contábeis do exercício de 2022) enseja igualmente em sua inabilitação, trazendo-se de maneira subsidiária que, tal como a Primeira Recorrida, acabou por não apresentar junto das demonstrações contábeis as necessárias notas explicativas:



☎ 3251-7001

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, A EMPRESA BONANZA SANEAMENTO LTDA, PORTADORA DO CNPJ Nº 03.912.365/0001-80, COM SEDE NA RUA MONTEIRO DA LUZ, Nº 291 – ÁGUA SANTA – RIO DE JANEIRO/RJ, ATRAVÉS DE SEU CONTADOR, INFRA ASSINADO, NOME FRANCISCO CALAÇA DA SILVA, BRASILEIRO, ESTADO CIVIL CASADO. CONTADOR, PORTADOR DO CRC Nº 064395/02-RJ, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 439.787.207-44, EM ESTRITO CUMPRIMENTO AO PREVISTO NESTE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PROCESSO LICITATÓRIO, NA FORMA ABAIXO DISCRIMINADA, APRESENTA A SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA A SER AFERIDA POR MEIO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ CORRENTE – LC, LIQUIDEZ GERAL – LG E SOLVÊNCIA GERAL – SG.

ANO DE 2022

LC = ATIVO CIRCULANTE

= (0,15)

PASSIVO CIRCULANTE

LG = ATIVO CIRCULANTE (+) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

= (0,15)

PASSIVO CIRCULANTE (+) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG = ATIVO TOTAL

= 2,08

PASSIVO CIRCULANTE (+) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ANO DE 2023

LC = ATIVO CIRCULANTE

= (0,09)

PASSIVO CIRCULANTE

LG = ATIVO CIRCULANTE (+) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

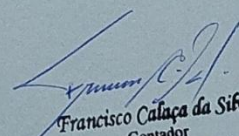
= (0,09)

PASSIVO CIRCULANTE (+) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG = ATIVO TOTAL

= 1,18

PASSIVO CIRCULANTE (+) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO


Francisco Calaça da Silva
Contador
CRC: 064395/02-RJ
CPF: 439.787.207-44

RUA MONTEIRO DA LUZ, 291 – ÁGUA SANTA – RIO DE JANEIRO – RJ CNPJ: 03.912.365/0001-80 – INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 02.917.211

IV - DA DECLARAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

AVENIDA AUTOMÓVEL CLUB, Nº 4.080 – JARDIM JOSÉ BONIFÁCIO – SÃO JOÃO DE MERITI – RJ – CEP 25.565-171
TEL.: (21) 4132-6509 – CEL.: (21) 997573-8022 – E-MAIL: COMERCIAL@SENHORDOSCUPINS.COM.BR
CNPJ: 28.470.673/0001-24 – INEA CTA Nº IN007005 (CRV) – INEA CTA Nº IN007026 (CRH) – INEA LAC Nº IN003540
WWW.SENHORDOSCUPINS.COM.BR



Situação que chama atenção, e que oportunamente deve também ser levada ao conhecimento desta Administração para que sejam adotadas eventuais providências necessárias, é a que diz respeito à declaração realizada por diversos licitantes, e inclusive pela Segunda Recorrida, sobre o desenvolvimento de programa de integridade, como se constata nas imagens abaixo:



Acompanhar Contratação > Pregão Eletrônico : UASG 985867 - N° 90010/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

Propostas

Histórico de recursos

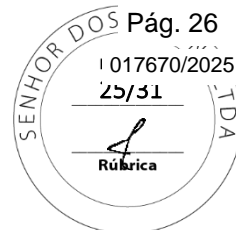
Os detalhes poderão ser visualizados por fornecedor. Clique para expandir e acesse dados como: proposta, anexo e chat.

51.009.145/0001-94 ME/EPP Aceita e habilitada	FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTD.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 168.575.2600 -
55.845.916/0001-34 ME/EPP Programa de integridade	DOUTOR PRAGAS CONTROLE DE PRAGA.. GO	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 176.879.4600 -
20.494.248/0001-63 ME/EPP Programa de integridade	DETOX DEDETIZADORA LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 194.318.2800 -
03.912.365/0001-80 ME/EPP Programa de integridade	BONANZA SANEAMENTO LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 199.300.8000 -
40.086.163/0001-53 ME/EPP Programa de integridade	ZERO INSECT PEST CONTROL IMUNIZAC.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 423.514.2000 -
01.327.197/0001-30 ME/EPP Programa de integridade	DEDETIZADORA FULMEGAN LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 435.970.5000 -
26.469.942/0001-07 ME/EPP Programa de integridade	AGUIAS SERVICO DE DEDETIZACAO E HIL.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 440.953.0200 -



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



[Acompanhar Contratação](#) > [Pregão Eletrônico : UASG 985867 - N° 90010/2025 \(SRP\) \(Lei 14.133/2021\)](#)

04.144.161/0001-00 ME/EPP Programa de integridade	TOTAL PEST CONTROL IMUNIZACAO LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 448.426.8000 -
13.316.834/0002-33 ME/EPP	DISTRI THECH COMERCIO E SERVICOS LT.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 483.304.4400 -
35.904.996/0001-44 ME/EPP Programa de integridade	LJ CONTROL DEDETIZACAO LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 491.608.6400 -
01.811.362/0001-25 Programa de integridade	NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIC.. SP	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 523.164.6000 -
10.542.168/0001-82 ME/EPP Programa de integridade	BIO PROTECTION SERVICOS E HIGIENIZA.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 662.675.1600 -
07.834.090/0001-65 ME/EPP Programa de integridade	DEDETEC SERVICOS DE IMUNIZACAO LT.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 705.857.0000 -
46.786.274/0001-59 ME/EPP Programa de integridade	PRIMEPROTECH SERVICOS DE LIMPEZA .. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 747.378.0000 -
23.651.803/0001-01 ME/EPP Programa de integridade	J C DEDETIZADORA & CONSERVADORA L.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 773.951.4400 -



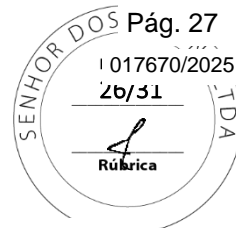
[Acompanhar Contratação](#) > [Pregão Eletrônico : UASG 985867 - N° 90010/2025 \(SRP\) \(Lei 14.133/2021\)](#)

13.708.180/0001-02 ME/EPP	OLIVEIRA IMUNIZACOES ,CONSERVACOE.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 833.741.6800 -
26.724.663/0001-42 ME/EPP Programa de integridade	ANGRA AMBIENTAL LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 838.724.2000 -
36.016.602/0001-84 Programa de integridade	CUNHA PARAISO AMBIENTAL LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 894.362.3400 -
17.659.398/0001-75 ME/EPP Programa de integridade	MATA VELOZ DEDETIZADORA LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 1.244.799.5800 -
23.942.924/0001-02 ME/EPP Programa de integridade	ECOLOGICA IMUNIZACOES E SERVICOS L.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 1.266.390.5000 -
02.803.376/0001-60 ME/EPP	RESENDE EMPRESAS DE SERVICOS EM G.. RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 1.322.028.6400 -
28.470.673/0001-24 ME/EPP	SENHOR DOS CUPINS LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 1.622.640.6800 -



SENHOR DOS CUPINS

CONTROLE DE PRAGAS



[Acompanhar Contratação](#) > Pregão Eletrônico : UASG 985867 - N° 90010/2025 (SRP) ([Lei 14.133/2021](#))

01.327.197/0001-30 ME/EPP Programa de integridade Desclassificada	DEDETIZADORA FULMEGAN LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 764.5200 -
42.287.352/0001-10 ME/EPP Programa de integridade Desclassificada	JACI ANGELICA DO NASCIMENTO BA	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 55.832.1200 -
03.912.365/0001-80 ME/EPP Programa de integridade Aceita e habilitada	BONANZA SANEAMENTO LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 70.635.0000 -
40.086.163/0001-53 ME/EPP Programa de integridade	ZERO INSECT PEST CONTROL IMUNIZAC... RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 76.175.0000 -
51.009.145/0001-94 ME/EPP	FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTD... RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 77.698.5000 -
13.316.834/0002-33 ME/EPP	DISTRI THECH COMERCIO E SERVICOS LT... RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 78.917.3000 -
20.494.248/0001-63 ME/EPP Programa de integridade	DETOX DEDETIZADORA LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 82.546.0000 -



36.016.602/0001-84 Programa de integridade	CUNHA PARAISO AMBIENTAL LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 93.072.0000 -
46.786.274/0001-59 ME/EPP Programa de integridade	PRIMEPROTECH SERVICOS DE LIMPEZA ... RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 95.565.0000 -
13.708.180/0001-02 ME/EPP	OLIVEIRA IMUNIZACOES ,CONSERVACOE... RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 99.720.0000 -
23.942.924/0001-02 ME/EPP Programa de integridade	ECOLOGICA IMUNIZACOES E SERVICOS L... RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 108.030.0000 -
02.803.376/0001-60 ME/EPP	RESENDE EMPRESAS DE SERVICOS EM G... RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 116.894.0000 -
10.542.168/0001-82 ME/EPP Programa de integridade	BIO PROTECTION SERVICOS E HIGIENIZA... RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 120.495.0000 -
04.144.161/0001-00 ME/EPP Programa de integridade	TOTAL PEST CONTROL IMUNIZACAO LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 127.420.0000 -
28.470.673/0001-24 ME/EPP	SENHOR DOS CUPINS LTDA RJ	Valor ofertado (total) Valor negociado (total)	R\$ 148.621.5800 -

Como se infere pela leitura de matéria veiculada no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/sistema-compras-gov-br-adiciona-criterio-de-desempate-baseado-em-programas-de-integridade>), o sistema *compras.gov.br* incluiu funcionalidade para permitir aos fornecedores declarem se desenvolvem programas de integridade, informação a ser utilizada como critério de desempate em licitações realizadas pelo governo.

É informado na respectiva matéria que *já na fase de habilitação* os respectivos fornecedores mais bem classificados que tenham realizado tal declaração devem apresentar os documentos comprobatórios desta situação, e que “*Empresas que declararem falsamente a existência de um programa de integridade estarão sujeitas a penalidades previstas na legislação, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e até declaração de inidoneidade*”.

O edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025 traz expressamente em seu item 12.16 os critérios de desempate, dispondo taxativamente sobre a impossibilidade de aplicação do critério de desenvolvimento de programa de integridade de que trata a Lei Nacional nº



14.133, de 2021, em seu art. 60, IV, tendo em vista a ausência de orientações dos órgãos de controle (Item 12.18, “c”).

A declaração realizada permite duas conclusões: a primeira, e mais razoável, é a de que todos desenvolvem programas de integridade em seu âmbito empresarial; já a segunda é a de que estes não possuíam ciência das disposições editalícias, o que por si só, já causa espécie, almejando-se obter eventual benefício advindo desta declaração, ignorando o fato de que teriam que apresentar documentos comprovando tal situação, e além disso, as próprias implicações de uma falsa declaração, que alcançam não apenas a esfera administrativa, como também a penal:

Lei Nacional nº 14.133, de 2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

*§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII**, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.*

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

Frustração do caráter competitivo de licitação (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o



caráter competitivo do processo licitatório: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

É imperioso salientar que a mera declaração falsa, ainda que dela não se obtenha vantagem, configura fraude à licitação, conforme entendimento externado pelo Tribunal de Contas da União, em diversas oportunidades, quanto à falsa declaração de enquadramento como ME/EPP, que, por analogia, pode ser aplicável ao presente contexto:

Olvida, assim, que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, em se tratando da sanção prevista no art. 46, da Lei 8.443/92, é desnecessária a caracterização da ocorrência de dolo ou boa-fé. Basta que se configure única e exclusivamente a participação indevida em certame federal, na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para que a fraude à licitação seja consubstanciada. (Acórdão 1607/2023-TCU, Plenário, Relator Ministro Vital do Rêgo)

*A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, **amparada por declaração com conteúdo falso**, configura fraude à licitação e enseja a aplicação das penalidades da lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora da fraude obtenha a vantagem esperada. (Acórdão 1702/2017-TCU-Plenário, Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)*

*A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda como cooperativa (art. 34 da Lei 11.488/2007), **amparada por declaração com conteúdo falso** de enquadramento nas condições da LC 123/2006, configura fraude à licitação e enseja a aplicação da penalidade do art. 46 da Lei 8.443/1992, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora da fraude obtenha a vantagem esperada. (Acórdão 61/2019-TCU-Plenário, Denúncia, Relator Ministro Bruno Dantas)*



Constitui fraude à licitação, ensejando a declaração de inidoneidade do fraudador, a mera participação em certames licitatórios de pessoa jurídica autodeclarada como microempresa ou empresa de pequeno porte, visando os benefícios concedidos pela LC 123/2006, que tenha participação societária em outra pessoa jurídica, fato que contraria o art. 3º, § 4º, inciso VII, dessa lei, bem como sua finalidade. (Acórdão 2891/2019-TCU-Plenário, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

Dito isso, o que se pleiteia é que, se realize diligência juntamente à Segunda Recorrida, bem como aos demais licitantes, no momento de análise de sua documentação de habilitação em sua ordem de classificação, com o intuito de averiguar se estes, de fato, desenvolvem programa de integridade, e que, em caso negativo, se proceda à sua inabilitação, bem como à imprescindível instauração do processo administrativo sancionador, evidentemente, garantidos, nos termos da Constituição da República de 1988 (art. 5º, LV), o contraditório e ampla defesa, ressaltando-se que a omissão nestes casos configura prevaricação pelo agente público, igualmente punível pelo Código Penal Brasileiro, nos termos de seu art. 319.

Finalmente, é incontestável a necessidade de reforma das decisão que se julgou por bem habilitar tanto a Primeira, quanto a Segunda Recorridas, conferindo lisura ao presente processo administrativo que tem por fim não outro senão o do atendimento do interesse público e que qualquer manifestação diversa ofenderia a própria essência da Administração Pública, não havendo dúvidas de que os agentes públicos responsáveis pela condução do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025 não se furtarão da devida observância da lei.

V – DOS REQUERIMENTOS

Ante todo o exposto, se requer:

- a) O recebimento, processamento e provimento integral do presente recurso;
- b) A reforma das decisões de habilitação das licitantes Fimpra Serviços de Dedetização Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 51.009.145/0001-94 e Bonanza Saneamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.912.365/0001-80;



- c) Que, caso não haja por parte de Vossa Senhoria a reconsideração quanto às decisões de habilitação das Recorridas, o encaminhamento deste recurso com a devida motivação à autoridade superior para proferimento de nova decisão, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei Nacional nº 14.133, de 2021;
- d) A concessão de efeito suspensivo, nos termos do art. 168 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021; e
- e) A realização de diligência junto à Segunda Recorrida, e oportunamente, aos demais licitantes, com o intuito de averiguar se, de fato, desenvolvem programa de integridade, e que, em caso negativo, se proceda à sua inabilitação, bem como à imprescindível instauração do processo administrativo sancionador, evidentemente, garantidos, nos termos da Constituição da República de 1988 (art. 5º, LV), o contraditório e ampla defesa.

Termos em que pede deferimento.

São João de Meriti – RJ, 12 de maio de 2025.


SENHOR DOS CUPINS LTDA
CNPJ Nº 28.470.673/0001-24

28.470.673/0001-24

SENHOR DOS CUPINS LTDA

AVENIDA AUTOMÓVEL CLUB, Nº 4.080
JARDIM JOSÉ BONIFÁCIO
SÃO JOÃO DE MERITI – RJ
CEP 25.565-171

AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.702/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.010/2025

Recorrente: SENHOR DOS CUPINS LTDA

Recorrida: FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA

FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 51.009.145/0001-94, com sede na R. Gurupi, Grajau, nº 122, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 20.561-100, por meio de seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar as presentes:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

interposto por **SENHOR DOS CUPINS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.470.673/0001-24, nos termos do Edital e da legislação aplicável, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I- DA TEMPESTIVIDADE

As presentes contrarrazões são tempestivas, uma vez que respeitam o prazo legal de apresentação previsto no art. 165, II, § 4º, da Lei 14.133/2021 e nos termos do edital do certame, sendo apresentadas dentro do prazo regulamentar, após a devida intimação do Recurso interposto.

II- SÍNTESE DO RECURSO

A Recorrente alega que a Recorrida deixou de apresentar, durante a fase de habilitação, os documentos previstos no item 4.4 do Termo de Referência, especificamente:

Licença Ambiental válida, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que autorize a empresa a exercer atividades de controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro (subitem 4.5.1.1.1);

Certidões Ambientais emitidas pelo INEA: Certidão Ambiental de inexistência ou existência de penalidades referentes à prática de infração ambiental nos últimos cinco anos (subitem 4.5.1.1.2.1); Certidão Ambiental de inexistência ou existência de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais nos últimos cinco anos (subitem 4.5.1.1.2.2).

III- DAS RAZÕES DE MÉRITO E DIREITO

DO NÃO CABIMENTO DO RECURSO

Conforme expressamente previsto no Edital, em seu Capítulo 15, que trata da "Fase de Habilitação", não consta a exigência de apresentação de tais documentos como condição para habilitação das licitantes. A fase de habilitação é regulada pelos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e os documentos necessários estão claramente elencados no edital, sendo a verificação feita por meio do SICAF e dos outros documentos listados no capítulo 16, 17, 18 e 19, não havendo menção aos documentos ambientais em questão.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMO COMPLEMENTARES

Importa destacar que os documentos apontados pela Recorrente constam na seção 4.4 do Termo de Referência, sob o título "Demais Condições", o que evidencia seu caráter acessório e complementar, e não essencial para fins de habilitação. Nos termos do item 15.13 e 15.14 do Edital:

15.13 – A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Pregoeiro antecedida do de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido no item 15.10.1.

15.14 - A apresentação de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente pelo sistema eletrônico, e findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará em sua inabilitação ou desclassificação do certame. (pág. 24 do edital) – Grifo nosso.

Desta forma, cabe ao pregoeiro, mediante diligência, solicitar documentos complementares, o que não foi realizado no presente certame, inexistindo, portanto, qualquer obrigatoriedade de apresentação pela Recorrida.

DA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO

A ausência de solicitação dos documentos pelo pregoeiro reforça a plena legalidade do procedimento de habilitação da Recorrida, uma vez que foram atendidas todas as exigências

legais dispostas no Capítulo 15 16, 17, 18 e 19 do Edital. Nesse sentido, não há qualquer prejuízo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º, da Lei 14.133/2021).

DA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO E DO PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO

A ausência de solicitação dos documentos pelo pregoeiro reforça a plena legalidade do procedimento de habilitação da Recorrida, uma vez que foram atendidas todas as exigências legais dispostas nos Capítulos mencionados anteriormente.

Tal situação também respeita o Princípio do Julgamento Objetivo, também previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021, o qual determina que o julgamento deve se basear em critérios objetivos, previamente estabelecidos no edital, sem qualquer subjetividade ou interpretação extensiva. Exigir documentos não previstos na fase de habilitação constitui flagrante violação desse princípio, comprometendo a segurança jurídica do certame.

IV- DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- a) O não provimento do recurso interposto pela Recorrente;
- b) A continuidade dos trâmites licitatórios, em respeito aos princípios do interesse público, julgamento objetivo, legalidade, vinculação ao edital e competitividade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025.



Cesar Ferreira da Silva Junior
CPF nº 012.267.227-50



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.702/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.010/2025

BONANZA SANEAMENTO LTDA., PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.912.365/0001-80, COM SEDE NA RUA JOAQUIM MARTINS, Nº 274 – ENCANTADO – RIO DE JANEIRO/RJ – CEP: 20745-230, VEM, RESPEITOSAMENTE, À PRESENÇA DE VOSSA SENHORIA, APRESENTAR SUAS **CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO POR SENHOR DOS CUPINS LTDA.**, NOS AUTOS DO CERTAME EM EPÍGRAFE, COM FUNDAMENTO NO ART. 165, §1º, DA LEI Nº 14.133/2021, EXPONDO E REQUERENDO O QUE SEGUE:

I – DA TEMPESTIVIDADE

AS PRESENTES CONTRARRAZÕES SÃO TEMPESTIVAS, TENDO EM VISTA QUE FORAM APRESENTADAS DENTRO DO PRAZO LEGAL DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 165, §1º, DA LEI Nº 14.133/2021.

II – SÍNTESE DO RECURSO

A RECORRENTE SENHOR DOS CUPINS LTDA. SUSTENTA, EM SÍNTESE, QUE A EMPRESA ORA RECORRIDA BONANZA SANEAMENTO LTDA. NÃO TERIA APRESENTADO DOCUMENTAÇÃO VÁLIDA PARA FINS DE HABILITAÇÃO NO GRUPO 2 (LOTE 2 – LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS E ANÁLISE DA ÁGUA), ESPECIFICAMENTE:

- AUSÊNCIA OU VALIDADE EXPIRADA DE REGISTRO NO CONSELHO RESPONSÁVEL;
- INSUFICIÊNCIA DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS;
- SUPOSTA AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL JUNTO AO INEA E DEMAIS CERTIDÕES AMBIENTAIS;
- ALEGADO DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS;
- DECLARAÇÃO QUANTO AO PROGRAMA DE INTEGRIDADE, SEM COMPROVAÇÃO IMEDIATA.

III – DO MÉRITO

1. DA EXISTÊNCIA E REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

É IMPORTANTE ESCLARECER QUE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DA EMPRESA BONANZA SANEAMENTO LTDA. FORAM DEVIDAMENTE EMITIDOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES E ESTÃO EM PLENA VALIDADE, NOS MOLDES DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL, E, A ACUSAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRENTE, NÃO PROCEDE, TENDO EM VISTA QUE, APENAS PARA A CERTIDÃO DE ART, POR ERRO MATERIAL NO MOMENTO DA ANEXAÇÃO ELETRÔNICA VIA SISTEMA COMPRASNET, FOI SUBSTITUÍDO EQUIVOCADAMENTE PELA DOCUMENTAÇÃO VENCIDA (CERTIDÃO VÁLIDA ABAIXO).



Anatexão da Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

1ª Via - CONTRATADO

**ART de Obra ou Serviço
2020240339300**

INDICAR
INDIVIDUAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

ANTONIO DE OLIVEIRA FILHO

Título profissional:
ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL

RNP: **2012901042**

Registro: **2014102814**

Registro: **2016208484**

Empresa contratada:
GLOBAL ENGENHARIA E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA

2. Dados do contrato

Contratante: **BONANZA SANEAMENTO LTDA - EPP** CPF/CNPJ: **03.912.365/0001-80**
RUA JOAQUIM MARTINS Nº: **274**
Complemento: **Bairro: ENCANTADO** UF: **RJ** CEP: **20745230**
Cidade: **RIO DE JANEIRO**
Contrato: **PC GESA nº 126/2024** Celebrado em: **01/11/2024** Tipo de Contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO**
Valor do Contrato: **R\$ 8.400,00**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA JOAQUIM MARTINS Nº: **274**
Complemento: **Bairro: ENCANTADO** UF: **RJ** CEP: **20745230**
Cidade: **RIO DE JANEIRO**
Data de Início: **05/11/2024** Previsão de término: **04/11/2025**
Finalidade: **AMBIENTAL**
Proprietário: **BONANZA SANEAMENTO LTDA - EPP** CPF/CNPJ: **03.912.365/0001-80**

4. Atividade técnica

	Quantidade	Unidade	Pavimento
3 - ACESSORIA	1,00	un	-
12 - CONSULTORIA			
35 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO			
34 - INSPEÇÃO			
110 - CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS			
215 - CAIXA D'ÁGUA			
226 - DEDETIZAÇÃO			
227 - DESRATIZAÇÃO			

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

RESPONSABILIDADE TÉCNICA DAS ATIVIDADES DE HIGIENIZAÇÃO E DE VETORES JUNTO AO INEA DA EMPRESA BONANZA SANEAMENTO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 03.912.365/0001-80 - MATRIZ, ESTABELECIDO NA RUA JOAQUIM MARTINS Nº 274 - ENCANTADO - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.745-230.

6. Declarações

Acessibilidade/Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

RESPOSTA

8. Assinaturas

Assina sobre certificação de informações sobre:
Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2024

ANTONIO DE OLIVEIRA FILHO
ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL

BONANZA SANEAMENTO LTDA - EPP - 03.912.365/0001-80

Valor ART: R\$ 96,64

Registrado em: 01/11/2024

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.
* A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

* A guarda do site assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br atendimento@crea-rj.org.br
Tel: (21) 2176-2057 Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ

Valor Pago: R\$ 96,64

Número Número: 2021901042/2014102814



CUMPRE ESCLARECER QUE A DOCUMENTAÇÃO CORRETA SE ENCONTRAVA EM PODER DA EMPRESA À ÉPOCA DA HABILITAÇÃO, DENTRO DO PRAZO LEGAL, E EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, RAZÃO PELA QUAL EVENTUAL FALHA NA ANEXAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CAUSA SUFICIENTE DE INABILITAÇÃO, CONFORME VASTA JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LEGAL.

A JURISPRUDÊNCIA DO TCU É FIRME NO SENTIDO DE QUE "EVENTUAIS FALHAS FORMAIS NÃO DEVEM PREVALECER SOBRE O INTERESSE PÚBLICO, DESDE QUE O LICITANTE TENHA COMPROVADAMENTE CUMPRIDO A EXIGÊNCIA MATERIAL DO EDITAL" (ACÓRDÃO 1927/2020 - PLENÁRIO).

2. DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE E DA VEDAÇÃO AO FORMALISMO EXCESSIVO

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO XII, DA LEI Nº 14.133/2021, IMPÕE QUE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NÃO SE SUBMETA AO FORMALISMO EXACERBADO EM PREJUÍZO DA VANTAJOSA PROPOSTA DA EMPRESA BONANZA.

RUA MONTEIRO DA LUZ, 291 – ÁGUA SANTA – RIO DE JANEIRO – RJ CNPJ: 03.912.365/0001-80 – INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 02.917.211



A PROPOSTA APRESENTADA PELA BONANZA SANEAMENTO LTDA. REVELOU-SE VANTAJOSA AO ERÁRIO, ESTANDO EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, SENDO DESCABIDA SUA DESCLASSIFICAÇÃO POR ERRO FORMAL PASSÍVEL DE SANEAMENTO, ESPECIALMENTE CONSIDERANDO A TRANSPARÊNCIA E A BOA-FÉ COM QUE SEMPRE PAUTOU SUA ATUAÇÃO.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – REGULARIDADE E CONGRUÊNCIA DOS ATESTADOS

O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA BONANZA, AINDA QUE QUESTIONADO PELA RECORRENTE, REFERE-SE SIM A OBJETO COMPATÍVEL COM OS SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS E ANÁLISE DE ÁGUA, CONFORME COMPROVADO PELAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS EM ANEXO AO PRÓPRIO DOCUMENTO. ALÉM DOS ATESTADOS APRESENTADOS, A EMPRESA APRESENTOU DIVERSOS CONTRATOS, COM, AS NOTAS FISCAIS EMITIDAS EM FAVOR DOS MESMOS, O QUE É MAIS DO QUE SUFICIENTE, PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA.

4. DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL

A EMPRESA APRESENTOU AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS EXIGIDOS PELO EDITAL (2022 E 2023), CONFORME EXTRAÍDO DO PRÓPRIO SISTEMA SPED – INCLUSIVE, TAL EQUÍVOCO DA RECORRENTE DECORRE DE INTERPRETAÇÃO INCORRETA DE ANO-BASE E ANO-CALENDÁRIO.

ADEMAIS, OS ÍNDICES DE LIQUIDEZ CORRENTE E GERAL FORAM DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS E ATENDEM AO CRITÉRIO DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA, NOS MOLDES DO ITEM 18.5 DO EDITAL, TENDO A EMPRESA DEMONSTRADO CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO.

IV – DO ENTENDIMENTO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, AO TRATAR DE OMISSÕES OU ERROS FORMAIS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS, ORIENTA QUE DEVE PREVALECER O INTERESSE PÚBLICO E O APROVEITAMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS VÁLIDOS:

“A DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA VANTAJOSA POR MERO ERRO FORMAL DEVE SER EVITADO SEMPRE QUE NÃO COMPROMETER O JULGAMENTO DO CERTAME” (ACÓRDÃO 325/2021 – TCU – PLENÁRIO).

V – DO PEDIDO

DIANTE DO EXPOSTO, REQUER-SE:

1. O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO POR SENHOR DOS CUPINS LTDA. NO QUE SE REFERE À HABILITAÇÃO DA EMPRESA BONANZA SANEAMENTO LTDA., POR SEREM INFUNDADAS AS ALEGAÇÕES APRESENTADAS;
2. O RECONHECIMENTO DE QUE HOVE MERO EQUÍVOCO FORMAL NA ANEXAÇÃO DE UM DOS DOCUMENTOS, JÁ EXISTENTE E VÁLIDO À ÉPOCA DA HABILITAÇÃO, O QUAL NÃO COMPROMETE A LISURA DO PROCEDIMENTO;
3. A MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA BONANZA SANEAMENTO LTDA., EM PRESTÍGIO AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, LEGALIDADE, RAZOABILIDADE E EFICIÊNCIA, ASSEGURANDO O MELHOR RESULTADO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.

RIO DE JANEIRO, 14 DE MAIO DE 2025.

Fabio Fiao Affonso

FABIO FIAO AFFONSO – SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 051.667.417-06



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

À Secretaria Municipal de Educação

Processo Licitatório nº **22.702/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.010/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA COM ANÁLISE QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA, DESCUPINIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE CUPINS, SANITIZAÇÃO DE AMBIENTE E CONTROLE E MANEJO DE POMBOS E MORCEGOS, para atender às necessidades dos imóveis sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de **recurso** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **SENHOR DOS CUPINS LTDA**, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação das empresas **FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA e BONANZA SANEAMENTO LTDA**, no bojo do Pregão Eletrônico nº **90.010/2025**.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **SENHOR DOS CUPINS LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou as empresas **FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA e BONANZA SANEAMENTO LTDA**, doravante denominadas Recorridas, como provisoriamente vencedoras. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que a empresa Primeira Recorrida, **FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA:**

- a) não teria demonstrado sua regularidade ambiental por meio da apresentação dos seguintes documentos: Licença Ambiental válida, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que autorize a empresa a exercer atividades de controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro (subitem 4.5.1.1.1 do Termo de Referência), Certidão Ambiental de inexistência ou existência de penalidades referentes à prática de infração ambiental nos últimos cinco anos (subitem 4.5.1.1.2.1) e Certidão Ambiental de inexistência ou existência de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais nos últimos cinco anos (subitem 4.5.1.1.2.2);
- b) teria apresentado demonstrações contábeis incompletas.

Já a empresa Segunda Recorrida, **BONANZA SANEAMENTO LTDA:**

- a) teria apresentado documentação incapaz de demonstrar sua qualificação técnico-operacional;
- b) teria apresentado a certidão de regularidade perante o Conselho Federal de Farmácia vencida, culminando na urgente necessidade de sua renovação para execução dos serviços;
- c) não teria registro no conselho profissional que apresente, também, seu credenciamento para execução do correspondente serviço;
- d) teria apresentado apenas um documento formalmente como atestado de capacidade técnica e ainda assim, incompatível com os serviços de Limpeza de Reservatórios e Análise da Água;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

- e) não teria apresentado a licença ambiental emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, e as certidões que atestam a inexistência ou existência, de penalidades e dívidas, nos últimos cinco anos, referentes a infrações ambientais, que são exigidas no Termo de Referência (Anexo I – Item 4.5), com o escopo de se verificar a regularidade ambiental dos licitantes;
- f) teria apresentado demonstrações contábeis que não atendem às exigências do edital;
- g) teria declarado no sistema *compras.gov.br* o desenvolvimento de programa de integridade, sem apresentar documento comprobatório de tal condição.

A recorrente requer, por fim, a desclassificação das empresas ora habilitadas e a realização de diligência junto à Segunda Recorrida, e oportunamente, aos demais licitantes, com o intuito de averiguar se, de fato, desenvolvem programa de integridade, e que, em caso negativo, se proceda à sua inabilitação, bem como à imprescindível instauração do processo administrativo sancionador.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA alegou que no Edital, em seu Capítulo 15, que trata da "Fase de Habilitação", não consta a exigência de apresentação dos documentos de comprovação da regularidade ambiental como condição para habilitação das licitantes. A fase de habilitação é regulada pelos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e os documentos necessários estão claramente elencados no edital, sendo a verificação feita por meio do SICAF e dos outros documentos listados no capítulo 16, 17, 18 e 19, não havendo menção aos documentos ambientais em questão.

Alegou, ainda, que os documentos apontados pela Recorrente constam na seção 4.4 do Termo de Referência, sob o título "Demais Condições", o que evidenciaria seu caráter acessório e complementar, e não essencial para fins de habilitação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

Desta forma, caberia ao pregoeiro, mediante diligência, solicitar documentos complementares, o que não foi realizado no presente certame, inexistindo, portanto, qualquer obrigatoriedade de apresentação pela Recorrida.

A ausência de solicitação dos documentos pelo pregoeiro reforçaria a plena legalidade do procedimento de habilitação da Recorrida, uma vez que teriam sido atendidas todas as exigências legais.

Já a empresa BONANZA SANEAMENTO LTDA alega que todos os documentos exigidos para a habilitação teriam sido devidamente emitidos pelos órgãos competentes e estariam em plena validade, nos moldes das exigências previstas no edital, e, a acusação apresentada pela empresa recorrente, não procederia, tendo em vista que, apenas para a certidão de ART, por erro material no momento da anexação eletrônica via sistema Comprasnet, teria sido substituída equivocadamente pela documentação vencida.

Insta salientar que a recorrida, inclusive, informou ter anexado a certidão válida às suas contrarrazões recursais.

Quanto à qualificação técnica, declara que o atestado de capacidade técnica apresentado se refere a objeto compatível com os serviços de limpeza de reservatórios e análise de água, conforme comprovado pelas especificações detalhadas em anexo ao próprio documento. Além dos atestados apresentados, a empresa teria apresentado diversos contratos, com as notas fiscais emitidas em favor dos mesmos, o que seria mais do que suficiente para comprovação da capacidade técnica da empresa.

Quanto à documentação contábil, a recorrida teria apresentado as demonstrações contábeis dos exercícios exigidos pelo edital (2022 e 2023), conforme extraído do próprio sistema SPED – inclusive, tal equívoco da recorrente decorreria de interpretação incorreta de ano-base e ano-calendário. Ademais, os índices de liquidez corrente e geral teriam sido devidamente justificados e atenderiam ao critério de recuperação financeira, nos moldes do item 18.5 do edital, tendo a empresa demonstrado capacidade econômico-financeira para a execução do contrato.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

II. DAS CONSIDERAÇÕES DA PREGOEIRA

A discussão gira em torno da documentação apresentada pelas empresas FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA e BONANZA SANEAMENTO LTDA.

Registra-se que a análise na fase de habilitação do certame fora realizada por esta Comissão estritamente com base nos documentos apresentados pelas empresas licitantes e utilizando apenas critérios objetivos, seguindo rigorosamente os termos legais e as disposições constantes no Termo de Referência, não tendo sido identificadas inconformidades que justificassem a inabilitação das empresas recorridas.

III. DAS DILIGÊNCIAS AO CORPO TÉCNICO

Diante do exposto, considerando que o teor do recurso aborda questões técnicas, encaminho o presente processo à Secretaria Municipal de Educação, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem **26.11** do Edital do Pregão Eletrônico nº **90.010/2025**, a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira.

Após a análise da Secretaria Requisitante, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

A análise do recurso será complementada tão logo sejam recebidas as respostas das diligências técnicas e jurídicas, buscando à adoção de decisão fundamentada e alinhada aos princípios da legalidade, segurança jurídica e vinculação ao edital.

Nova Friburgo, 20 de maio de 2025.

Karla Braga Machado
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula nº 990.996



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

DESPACHO	
Data:	28 de maio de 2025
De:	Gabinete - SME
Para:	Procuradoria Geral do Município
Assunto:	Manifestação RECURSO PE 90.010/2025 - PA 22.702/2024 - SENHOR DOS CUPINS LTDA - CNPJ 28.470.673/0001-24
PA	17.670/2025

Exmo. Sr. Dr. Procurador,

Cumprimentando-os cordialmente, requeremos parecer desta Douta Procuradoria após esclarecimentos que se seguem:

Trata-se de recurso interposto tempestivamente, por meio do Sistema, objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que a empresa Primeira Recorrida, FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA:

- a) não teria demonstrado sua regularidade ambiental por meio da apresentação dos seguintes documentos: Licença Ambiental válida, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que autorize a empresa a exercer atividades de controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro (subitem 4.5.1.1.1 do Termo de Referência), Certidão Ambiental de inexistência ou existência de penalidades referentes à prática de infração ambiental nos últimos cinco anos (subitem 4.5.1.1.2.1) e Certidão Ambiental de inexistência ou existência de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais nos últimos cinco anos (subitem 4.5.1.1.2.2);
- b) teria apresentado demonstrações contábeis incompletas.

Já a empresa Segunda Recorrida, BONANZA SANEAMENTO LTDA:





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

a) teria apresentado documentação incapaz de demonstrar sua qualificação técnico-operacional;

b) teria apresentado a certidão de regularidade perante o Conselho Federal de Farmácia vencida, culminando na urgente necessidade de sua renovação para execução dos serviços;

c) não teria registro no conselho profissional que apresente, também, seu credenciamento para execução do correspondente serviço;

d) teria apresentado apenas um documento formalmente como atestado de capacidade técnica e ainda assim, incompatível com os serviços de Limpeza de Reservatórios e Análise da Água; Pág. 40 017670/2025 Comissão Permanente de Pregão II

e) não teria apresentado a licença ambiental emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, e as certidões que atestam a inexistência ou existência, de penalidades e dívidas, nos últimos cinco anos, referentes a infrações ambientais, que são exigidas no Termo de Referência (Anexo I – Item 4.5), com o escopo de se verificar a regularidade ambiental dos licitantes;

f) teria apresentado demonstrações contábeis que não atendem às exigências do edital;

g) teria declarado no sistema **compras.gov.br** o desenvolvimento de programa de integridade, sem apresentar documento comprobatório de tal condição.

Ocorre que, a Secretaria de Educação em análise da impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, referente à contratação de empresa especializada para serviços de dedetização, desratização, limpeza de reservatórios e outras atividades correlatas, requereu a inclusão no Termo de Referência o subitem 4.5 (4.5.1.1 a 4.5.1.3) e 4.4.14, especificadas como “Demais Documentos”.

Acrescenta-se que em sede de contrarrazões às alegações apresentadas pelas empresas FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA e BONANZA SANEAMENTO LTDA, concentram-se em síntese a) Que apresentaram todos os documentos obrigatórios descritos na fase de habilitação do certame, exceto a Bonanza que anexou uma ART, vencida (alegando mera irregularidade formal) e b) a análise na fase de habilitação do certame fora realizada





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

pela Comissão estritamente com base nos documentos apresentados pelas empresas licitantes e utilizando apenas critérios objetivos, seguindo rigorosamente os termos legais e as disposições constantes no Termo de Referência, não tendo sido identificadas inconformidades que justificassem a inabilitação das empresas recorridas.

A Comissão, se manifesta, ainda de forma preliminar destacando que nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, é facultado ao Pregoeiro em qualquer fase da licitação a promoção de diligências destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos.

Sendo assim, encaminhamos o processo à Procuradoria Geral do Município, a fim de que se pronuncie sobre eventuais questões jurídicas suscitadas nos argumentos do Recorrente e das Recorridas, a fim de que possa embasar tecnicamente esta Pasta e a Comissão.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos. Na certeza da melhor acolhida, subscrevo-me.

Caroline Moura Klein

Secretária de Educação

Mat. 990.953



**Processo: 17.670/2025****Requerente: SENHOR DOS CUPINS LTDA****Assunto: Recurso - Pregão Eletrônico n. 90.010/2025 - Processo Licitatório n. 22.702/2024**

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Licitações e Contratos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa SENHOR DOS CUPINS LTDA em face do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.010/2025 (Processo Licitatório n. 22.702/2024), que tem por objeto, em síntese, o registro de preços relativos à prestação de serviços continuados de dedetização, desratização, limpeza e higienização de caixa d'água e cisterna.

No bojo do referido procedimento, sagrou-se vencedora no Grupo 1 (Lote 1 - Dedetização) a empresa FIMPRA SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA, primeira recorrida. Já em relação ao Grupo 2 (Lote 2 - Limpeza de Reservatório e Análise da Água), a empresa BONANZA SANEAMENTO LTDA, segunda recorrida.

Em suma, a recorrente alega, em relação à primeira recorrida que: *a)* não teria demonstrado sua regularidade ambiental; *b)* teria apresentado demonstrações contábeis incompletas.

Por sua vez, em relação à segunda recorrida, a empresa requerente alega que: *a)* teria apresentado documentação incapaz de demonstrar sua qualificação técnico-operacional, *i.e.*, a certidão de regularidade perante o Conselho Federal de Farmácia vencida, não teria registro no Conselho Profissional que apresente, também, seu credenciamento para execução do correspondente serviço e, ainda, apresentado apenas um documento formalmente como atestado de capacidade técnica, incompatível com os serviços de limpeza de reservatórios e análise da água; *b)* não teria apresentado a licença ambiental emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, e as certidões que atestam a inexistência ou existência, de penalidades e dívidas, nos últimos cinco anos, referentes a infrações ambientais, que são exigidas no Termo de Referência (Anexo I – Item 4.5), com o escopo de se verificar a regularidade ambiental dos



licitantes; c) teria apresentado demonstrações contábeis que não atendem às exigências do edital; d) teria declarado no sistema compras.gov.br o desenvolvimento de programa de integridade, sem apresentar documento comprobatório de tal condição.

Às fls. 33/35, consta contrarrazões da FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA.

Às fls. 36/38, consta contrarrazões da BONANZA SANEAMENTO LTDA.

A Comissão Permanente de Pregão II, em manifestação de fls. 39/43, limitando-se a encaminhar o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica e, após, à Procuradoria.

Às fls. 44/46 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Educação, que recebeu o recurso, eis que tempestivo, e encaminhou os autos a esta Procuradoria solicitando parecer acerca do assunto para dar continuidade ao processo.

É o relatório. Passa-se à análise.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que o recurso é tempestivo e foi recebido pela Secretaria licitante, em conformidade com o art. 165 da Lei n. 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;



II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, repita-se: cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Além disso, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a **Secretaria**



Municipal de Educação, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital do Pregão Eletrônico n. 90.010/2025 assim dispõe:

22.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, o Pregoeiro se manifestou acerca do recurso, solicitando manifestação jurídica quanto às ponderações e explanações postas nas razões e contrarrazões.

Salvo melhor juízo, alguns apontamentos merecem desdobramento a fim de que possa ser realizada a análise da legalidade e juridicidade, os quais serão abordados a seguir.

II.I DAS RAZÕES SUSTENTADAS EM FACE DA EMPRESA FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA

Alega a recorrente que a empresa recorrida teria descumprido os seguintes itens constantes no TR: apresentação de Licença Ambiental válida, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que autorize a empresa a exercer atividades de controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro (subitem 4.5.1.1.1 do Termo de Referência),



Certidão Ambiental de inexistência ou existência de penalidades referentes à prática de infração ambiental nos últimos cinco anos (subitem 4.5.1.1.2.1) e Certidão Ambiental de inexistência ou existência de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais nos últimos cinco anos (subitem 4.5.1.1.2.2), bem como que teria apresentado demonstrações contábeis incompletas.

Em contrarrazões, a empresa FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA alegou que no Edital, em seu Capítulo 15, que trata da "Fase de Habilitação", não consta a exigência de apresentação dos documentos de comprovação da regularidade ambiental como condição para habilitação das licitantes.

Alegou, ainda, que os documentos apontados pela Recorrente constam na seção 4.4 do Termo de Referência, sob o título "Demais Condições", o que evidenciaria seu caráter acessório e complementar, e não essencial para fins de habilitação.

Cabe ressaltar que a fase de habilitação é regulada pelos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, **estando prevista no item 15 e seguintes do edital de licitação.** Cumpre



salientar, entretanto, que o Termo de Referência é parte integrante do edital de licitação, sendo amplamente possível a exigência do cumprimento das condições nele constantes.

Destarte, se tais licenças/certidões ambientais foram exigidas no Termo de Referência, devem ser cumpridas pelos licitantes.

Não obstante, ressalta-se a literalidade do art. 64 da Lei de Licitações, que permite à Comissão de Licitação diligenciar para sanar eventuais erros e exigir complementação dos documentos faltantes, desde que pré-existentes ao certame:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,



mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Com efeito, o legislador atualizou a redação do dispositivo concernente à entrega dos documentos, permitindo a substituição ou a apresentação de novos documentos em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para atualização de documentos cuja validade tenha expirado e para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

Tal evolução legislativa está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União que, em decisões recentes, opinou pela possibilidade de juntada de documentos, desde que atestem condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Nesse sentido, faz-se importante colacionar a ementa do Acórdão TCU n. 1.211/2021-Plenário, julgado em 26/05/2021:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que **a vedação à inclusão de novo documento, prevista** no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e **no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro**”. (sem grifos no original)

No Acórdão 2443/2021-Plenário¹, datado de 06/10/2021, o TCU novamente afirmou a possibilidade de documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência:

ENUNCIADO

A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), **não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.** (sem grifos no original)

Referente a essa questão suscitada, a Comissão de Pregão II salientou que “*a análise na fase de habilitação do certame fora realizada por esta Comissão estritamente com base nos documentos apresentados pelas empresas licitantes e utilizando apenas critérios objetivos, seguindo rigorosamente os termos legais e as disposições constantes no Termo de Referência, não tendo sido identificadas inconformidades que justificassem a inabilitação das empresas recorridas.*”

Considerando que a análise dos documentos referentes à habilitação e capacidade econômico-financeira ultrapassam as questões jurídicas atinentes a esta Procuradoria-Geral, cabe à Comissão de Pregão tal verificação e decisão, inclusive acerca da necessidade de



diligência, na forma dos artigos 64, § 1º e 165, §2º, ambos da Lei 14.133/2021, e item 22 do edital.

II.II. DAS RAZÕES SUSTENTADAS EM FACE DA EMPRESA BONANZA SANEAMENTO LTDA

Em relação à segunda recorrida, a empresa requerente alega que: *a)* teria apresentado documentação incapaz de demonstrar sua qualificação técnico-operacional, *i.e.*, a certidão de regularidade perante o Conselho Federal de Farmácia vencida, não teria registro no Conselho Profissional que apresente, também, seu credenciamento para execução do correspondente serviço e, ainda, apresentado apenas um documento formalmente como atestado de capacidade técnica, incompatível com os serviços de limpeza de reservatórios e análise da água; *b)* não teria apresentado a licença ambiental emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, e as certidões que atestam a inexistência ou existência, de penalidades e dívidas, nos últimos cinco anos, referentes a infrações ambientais, que são exigidas no Termo de Referência (Anexo I – Item 4.5), com o escopo de se verificar a regularidade ambiental dos licitantes; *c)* teria apresentado demonstrações contábeis que não atendem às exigências do edital; *d)* teria declarado no sistema compras.gov.br o desenvolvimento de programa de integridade, sem apresentar documento comprobatório de tal condição.

Considerando a multiplicidade de alegações, passa-se à análise pormenorizada acerca dos apontamentos realizados pela recorrente.

a) Documentação quanto à qualificação técnico-operacional

Alega a recorrente que a recorrida teria apresentado apenas um documento formalmente como atestado de capacidade técnica, incompatível com os serviços de limpeza de reservatórios e análise da água.

A recorrida declara que o atestado de capacidade técnica apresentado se refere a objeto compatível com os serviços de limpeza de reservatórios e análise de água, conforme comprovado pelas especificações detalhadas em anexo ao próprio documento. Além dos



atestados apresentados, a empresa teria apresentado diversos contratos, com as notas fiscais emitidas em favor dos mesmos, o que seria mais do que suficiente para comprovação da capacidade técnica da empresa.

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - **certidões ou atestados**, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

[...]

A qualificação técnica tem por escopo aferir a capacidade para a execução do objeto licitado. Limita-se, portanto, àquelas exigências estabelecidas, admitindo-se eleger, dentro



daquele rol, o quanto necessário, mantendo uma relação de proporcionalidade com o objeto pretendido, levadas em consideração as características semelhantes ou similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Abrange tanto a comprovação de capacidade técnico-profissional, relacionada à aptidão dos profissionais que integram o quadro da empresa, demonstrada através de atestado de responsabilidade técnica, quanto a técnico-operacional, que diz respeito à capacidade da empresa na execução de objetos similares, aferida mediante certidões, atestados ou documento de avaliação emitido em face de sua atuação na execução de outros ajustes.

O inciso II do art. 67 da Lei 14.133/2021 é claro ao expor que a documentação para a qualificação técnica se limita à demonstração da capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

E não poderia ser diferente, já que é vedada a exigência de objeto idêntico, mas tão somente compatível/similar ao objeto licitado, sob pena de caracterizar restrição ao caráter competitivo do certame, conforme entendimento pacífico do TCU:

Acórdão 2003/2011-Plenário

ENUNCIADO

As exigências para habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

Acórdão 2898/2012-Plenário

ENUNCIADO

É possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Acórdão 52/2014-Plenário

ENUNCIADO

É ilegal a exigência de execução pretérita de serviços com qualidade superior ao objeto licitado, uma vez que para a comprovação da qualificação técnica pode-se exigir execução de obra ou serviço compatível com o objeto licitado, mas não



superior ao que se pretende executar, conforme o disposto no art. 30, inciso II e § 1º, da Lei 8.666/1993.

Acórdão 1585/2015-Plenário

ENUNCIADO

É irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade.

A jurisprudência dos Tribunais também milita no mesmo sentido:

EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — RECURSO NÃO PROVIDO — AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. A melhor inteligência da norma insita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Em razão do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, resta prejudicado o agravo interno, ante a perda superveniente do objeto. (TJ-MT 10110367820198110000 MT, Relator: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 10/11/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/11/2021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR CONCEDIDA NO PRIMEIRO GRAU PARA SUSPENDER A LICITAÇÃO E EVENTUAL CONTRATO. PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LEITURA DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE QUE O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA



DECLARADA VENCEDORA NÃO DEMONSTRA PERTINÊNCIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA PARA COM O OBJETO LICITADO. NÃO ACOLHIMENTO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADA A PARTIR DE CONTRATAÇÃO SIMILAR. DESNECESSIDADE DE QUE O ATESTADO CONTEMPLE SERVIÇO IDÊNTICO. ATENDIMENTO AO ASPECTO QUANTITATIVO DO SERVIÇO REQUERIDO PELO EDITAL. SUPOSTAS NULIDADES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ADMINISTRAÇÃO QUE OFERECEU JUSTIFICATIVAS PLAUSÍVEIS PARA A INSERÇÃO DAS EXIGÊNCIAS E FORMAS CONSTANTES DO EDITAL. ILEGALIDADES NÃO DEMONSTRADAS PELA IMPETRANTE/AGRAVADA. RESPEITO ÀS OPÇÕES DO ENTE LICITADOR. VEDAÇÃO AO 5ª Câmara Cível Agravo de Instrumento nº 1.740.125-9 - Pág. 2. CONTROLE DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO PELO JUDICIÁRIO. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJ-PR - AI: 17401259 PR 1740125-9 (Acórdão), Relator: Juiz Rogério Ribas, Data de Julgamento: 02/04/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 2480 23/04/2019)

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. MENOR PREÇO POR LOTE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. ALEGADA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA.

1. É regular a exigência de apresentação atestado de capacidade técnica de modo a assegurar a escolha do participante que demonstre possuir em seus quadros profissional devidamente habilitado para conduzir os trabalhos inerentes ao objeto licitado.

2. A comprovação de experiência anterior, por meio de atestado de capacidade técnica, pode ser exigida no instrumento convocatório, conquanto essa experiência não esteja condicionada à execução do objeto idêntico àquele licitado.

3. Admite-se a exigência da comprovação de quantitativos que não ultrapassem o limite de 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância da obra ou serviço.

4. Não se confundem os objetivos almejados pela Administração ao exigir atestado de capacidade técnica e balanço patrimonial, pois este documento, juntamente com as demais demonstrações contábeis do último exercício social, visa comprovar a boa situação financeira do licitante e aquele tem por finalidade demonstrar se o licitante possui pessoal técnico habilitado e disponível para execução do objeto da licitação, segundo as exigências descritas no instrumento convocatório. (TCE-MG - DEN: 1013234, Relator: CONS. GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 14/06/2018, Data de Publicação: 05/07/2018)



*AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — ARGUIÇÃO DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – MATÉRIA NÃO CONHECIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Diante da devolutividade restrita do recurso de Agravo de Instrumento, a análise de teses não apreciadas pelo Juízo de piso, ainda que de ordem pública, viola os princípios constitucionais do devido processo legal e duplo grau de jurisdição. Nego Conhecimento a preliminar que consiste na perda superveniente do objeto. 2. Há de se ressaltar que a mesma questão discutida nesses autos, já foram devidamente elucidadas e apreciadas no Agravo de Instrumento identificado pela numeração única: 1011036-78.2019.8.11.0000. Aliás, o próprio Agravante almeja que ambos os recursos sejam apreciados juntos, demonstrando que tratam da mesma matéria. Assim, não há óbice na apreciação do recurso principal por Decisão Monocrática. 3. Ausente a devida motivação, **é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação.** A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Agravo Interno Desprovido, Decisão Monocrática Mantida. (TJ-MT - AGR: 10102685520198110000, Relator: GILBERTO LOPES BUSSIKI, Data de Julgamento: 07/11/2023, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 13/11/2023).*

Conclui-se, assim, que não é possível exigir que as licitantes apresentem atestados que expressamente prevejam a execução do objeto idêntico ao ora licitado.

Ademais, consoante previsão contida no § 3º do art. 67, as exigências a que se referem os incisos I e II do *caput* (apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho



profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade e certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares) poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes.

Com efeito, considerando a ausência de expertise desta assessoria jurídica para análise da documentação técnica apresentada, **deve o Pregoeiro ratificar a compatibilidade do(s) atestado(s) e/ou demais documentos apresentado(s) pela recorrida com o objeto licitado, bem como avaliar a necessidade de realização de diligência para verificar a regularidade da documentação, na forma do subitem 19.2.3 do Edital e do art. 64 da Lei 14.133/2021.**

No que tange à alegação de apresentação de certidão de regularidade vencida, o subitem 15.16 do Edital dispõe que as certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias.



Ademais, o Pregoeiro tem a prerrogativa de promover diligência para solicitação de novos documentos destinados à atualização de documentos cuja validade tenha expirado, documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante e aferição das condições de habilitação ou classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame, conforme previsão contida no subitem 15.17 do Edital, em consonância com o art. 64 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Nesse ponto, reportamo-nos à fundamentação exposta no item II.I, **cabendo ao pregoeiro, portanto, decidir acerca da necessidade de promoção de diligência solicitando a apresentação da referida certidão atualizada**, com fundamento no art. 64 da Lei n. 14.133/2021 e na Jurisprudência do TCU.

Quanto à alegação de ausência de registro no conselho profissional que apresente, também, credenciamento para execução do correspondente serviço, vejamos o disposto no edital de licitação:

19.2.4 No caso de exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da



Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009.

Salvo melhor juízo, apenas houve menção expressa à atividade de controle de vetores e pragas urbanas, não tendo sido prevista tal exigência em relação aos demais serviços objeto do edital.

Considerando se tratar de exigências de qualificação técnica, que ultrapassam as questões jurídicas atinentes a esta Procuradoria-Geral, cabe à Secretaria e à Comissão de Pregão tal verificação e decisão, na forma do artigo 165, §2º da Lei 14.133/2021 e item 22 do edital.

b) Da habilitação e documentação faltante

A recorrente alega, ainda que a empresa BONANZA SANEAMENTO LTDA não teria apresentado a licença ambiental emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, e as certidões que atestam a inexistência ou existência, de penalidades e dívidas, nos últimos cinco anos, referentes a infrações ambientais, que são exigidas no Termo de Referência (Anexo I – Item 4.5), com o escopo de se verificar a regularidade ambiental dos licitantes.

Considerando que a alegação é compatível com aquela fundamentada em relação à empresa FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA, reportamo-nos ao item II.I do presente parecer, devendo a Comissão de Pregão **decidir acerca da necessidade de promoção de diligência solicitando a apresentação do referido documento**, com fundamento no art. 64 da Lei n. 14.133/2021 e na Jurisprudência do TCU.

c) Demonstrações contábeis

A recorrente alega que a empresa BONANZA SANEAMENTO LTDA deixou de apresentar os documentos contábeis de forma completa. Em contrarrazões, a recorrida sustenta que teria apresentado as demonstrações contábeis dos exercícios exigidos pelo edital (2022 e 2023), conforme extraído do próprio sistema SPED – inclusive, tal equívoco da recorrente decorreria de interpretação incorreta de ano-base e ano-calendário.



Ademais, sustenta que os índices de liquidez corrente e geral teriam sido devidamente justificados e atenderiam ao critério de recuperação financeira, nos moldes do item 18.5 do edital, tendo a empresa demonstrado capacidade econômico-financeira para a execução do contrato.

Tratando-se de questão relativa à qualificação econômico-financeira, considerando a ausência de expertise desta pasta jurídica para análise da documentação contábil apresentada, cabe à Comissão de Pregão ratificar o atendimento ao Edital e/ou decidir acerca da necessidade de promoção de diligência solicitando a apresentação do referido documento, com fundamento no art. 64 da Lei n. 14.133/2021 e na Jurisprudência do TCU.

d) Declaração no sistema *compras.gov.br* acerca do desenvolvimento de programa de integridade, sem apresentar documento comprobatório de tal condição

Por fim, a recorrente alega que a empresa BONANZA SANEAMENTO LTDA., dentre outras licitantes, teria realizado declaração sobre o desenvolvimento de programa de integridade, como se constata no Sistema Compras.Gov.br, sem ter apresentado documentação comprobatória.

O desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, é considerado pela Lei 14.133/2021 como um critério de desempate, conforme previsto em seu artigo 60:

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023)

Vigência

- IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Na forma do art. 25, § 4º da Lei 14.133/2021, apenas nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto haverá obrigatoriedade de previsão no edital de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor.

Ao contrário do que alega a recorrente, o edital não previu tal obrigatoriedade.

No caso dos autos, o edital de licitação do Pregão Eletrônico n. 90.010/2025 assim dispôs expressamente no subitem 12.18:

12.18 - Considerar-se-á circunstancialmente **inviável** a aplicação dos seguintes critérios de desempate:

(...)

c) previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, inciso IV, em razão da **ausência de orientações dos órgãos de controle**.

Portanto, constata-se que o edital previu expressamente acerca da **não aplicação** do desenvolvimento de programa de integridade pelos licitantes como critério de desempate, justamente **em razão da ausência de orientações dos órgãos de controle sobre o tema**.

Neste ponto, cumpre ressaltar que, na matéria veiculada no Portal de Compras do Governo Federal, publicada em 13/02/2025, conforme citado pela própria recorrente, (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/sistecompras-gov-br-adiciona-criterio-de-desempate-baseado-em-programas-de-integridade>), consta expressamente que "(...) os fornecedores mais bem classificados que utilizarem esse critério de desempate devem apresentar documentos que comprovem a situação, conforme modelo que **será definido**



pela Controladoria-Geral da União (CGU), em momentos específicos, estabelecidos pelo Decreto nº 12.304/2024".

Conforme estabelecido no art. 1º, o referenciado Decreto 12.304, de 09 de dezembro de 2024, regulamenta a matéria no âmbito da administração pública **federal** direta, autárquica e fundacional, sendo aplicável aos municípios **tão somente no caso de contratações realizadas com recursos federais**, vejamos:

Art. 1º Este Decreto regulamenta, **no âmbito da administração pública federal** direta, autárquica e fundacional, o art. 25, § 4º, o art. 60, *caput*, inciso IV, e o art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os parâmetros e a avaliação dos programas de integridade, nas hipóteses de:

I - contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto;

II - desempate entre duas ou mais propostas; e

III - reabilitação de licitante ou contratado.

Parágrafo único. **O disposto neste Decreto aplica-se às contratações realizadas por órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal com recursos oriundos de transferências voluntárias da União, e cabe ao ente federativo definir o órgão ou a entidade responsável pela avaliação do programa de integridade.**

E mais: do teor do parágrafo único, verifica-se, ainda, que, mesmo nos casos de utilização de recursos oriundos da União, cabe ao ente municipal definir o órgão ou a entidade responsável pela avaliação do programa de integridade.

Vejamos, ainda, o previsto no § 1º do art. 6º:

Art. 6º Para fazer jus ao critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante apresentará declaração de que desenvolve programa de integridade.

§ 1º **Ato do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União disporá sobre o modelo da declaração de que trata o caput.**

Com efeito, caberá ainda ao Ministro da CGU regulamentar, dentre outros, o modelo de declaração previsto na Lei de Licitações, que deverá ser apresentado pelo licitante para fins de



desempate entre duas ou mais propostas, cuja regulamentação complementar, s.m.j., permanece pendente.

Destarte, considerando que não se trata de contratação realizada com recursos oriundos da União, e considerando que em âmbito municipal ainda não foi regulamentado o programa, restou justificada a não utilização do programa como critério de desempate, na forma do subitem 12.18, "c", motivo pelo qual não assiste razão à recorrente.

Cumprе salientar que o edital de pregão é o instrumento convocatório e vinculativo, de cumprimento obrigatório tanto para a Administração, quanto para os licitantes. Nesse sentido, as exigências ali constantes devem ser previstas de forma transparente e prévia, a fim de que não haja surpresa para o órgão licitante ou a empresa participante.

Nesse sentido leciona o art. 5º da Lei 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ou seja, após a realização do certame e estando habilitadas as empresas, conforme competente decisão da Comissão de Pregão, não cabe exigências para além daquelas expressamente previstas no edital, sob pena de afronta ao princípio da isonomia.

Em que pese a recorrente sustentar a necessidade de realização de diligência juntamente à recorrida, bem como aos demais licitantes, com o intuito de averiguar se os mesmos desenvolvem programa de integridade, considerando que o edital não previu a necessidade de tal comprovação, mas, pelo contrário, dispôs expressamente acerca da sua não utilização como critério de desempate, considerando a ausência de regulamentação em âmbito municipal, bem



como que a recorrente não impugnou o edital quanto este ponto e, por fim, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, s.m.j., não merecem prosperar as alegações da recorrente quanto a este ponto.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Educação para ciência e, após, à Comissão de Pregão II** para ciência e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 30 de maio de 2025.

Paola Wermelinger Câmara
Analista Processual I
Matrícula 300.626
Subprocuradoria de Licitações e Contratos



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

Nova Friburgo, 03 de junho de 2025.

De: Secretaria Municipal de Educação

Para: Comissão de Pregão II

Trata-se de recurso administrativo interposto, com o objetivo de impugnar a decisão que declarou habilitadas as empresas FIMPRA Serviços de Dedetização Ltda. e Bonanza SaneamentoLtda.

Após a análise da Procuradoria Geral do Município, conforme parecer exarado nos autos, encaminha-se o presente à Comissão de Pregão II para adoção das providências cabíveis.

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me, colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Mat.: 990.953





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

À Secretaria Municipal de Educação

Processo Licitatório nº **22.702/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.010/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA COM ANÁLISE QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA, DESCUPINIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE CUPINS, SANITIZAÇÃO DE AMBIENTE E CONTROLE E MANEJO DE POMBOS E MORCEGOS, para atender às necessidades dos imóveis sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano.

Conforme podemos depreender da análise da documentação referente à Qualificação Técnica disponível no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores), as empresas participantes do Pregão Eletrônico 90.010/2025, em sua maioria, não possuem para fins de habilitação, a licença, certidões e certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017 e o Decreto Estadual nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, documentos estes que não constavam a princípio como exigência para habilitação no Edital e seus anexos, tendo sido incluídos somente após deferimento do pedido de impugnação interposto pela empresa Anderson Camillo de Oliveira Silva. Tal inclusão posterior de exigências documentais configura restrição à competitividade do certame, na medida em que limita a participação de potenciais licitantes que, diante das exigências originalmente previstas, estariam em condições de concorrer, comprometendo, assim, os princípios da economia, isonomia, da ampla concorrência e do interesse público que regem os processos licitatórios.

Cumpramos ressaltar que a empresa SENHOR DOS CUPINS LTDA, a qual interpôs recurso contra a decisão que declarou as empresas FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA e BONANZA SANEAMENTO LTDA provisoriamente aceitas e habilitadas no certame em tela, detém a documentação de habilitação supramencionada.

No entanto, há de se destacar a vultosa diferença entre os valores das propostas apresentadas pela empresa recorrente e as demais.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

No tocante ao lote 01, enquanto o valor da proposta da empresa FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA (primeira colocada) foi de R\$ 168.575,26, o da empresa SENHOR DOS CUPINS LTDA (vigésima segunda colocada) foi de R\$1.622.640,68.

Já quanto ao lote 02, enquanto o valor da proposta da empresa BONANZA SANEAMENTO LTDA (terceira colocada) foi de R\$ 70.635,00, o da empresa SENHOR DOS CUPINS LTDA (décima quinta colocada) foi de R\$ 148.621,58.

Considerando que a inclusão de exigência de apresentação da licença, certidões e certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017 e o Decreto Estadual nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, ensejou uma restrição considerável no universo de empresas aptas a serem habilitadas no presente certame, encaminho os autos à Secretaria solicitante, salientando que, em decorrência do princípio da autotutela, a Administração Pública tem o poder de rever os seus próprios atos, seja para revogá-los, quando inconvenientes, ou para anulá-los, quando ilegais, o que é corroborado pela súmula 473 do Supremo Tribunal Federal: ***"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."***

Sendo o que se apresenta para o momento, ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Nova Friburgo, 09 de junho de 2025.

Karla Braga Machado
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula nº 990.996



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

À

Comissão Permanente de Pregão II
Secretaria de Educação de Nova Friburgo

Assunto: Revogação do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025 – Processo Licitatório nº
22.702/2024

Prezados(as) Senhores(as),

Após reanálise da documentação constante dos autos do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, especialmente quanto à fase de habilitação técnica das empresas participantes, cumpre à Secretaria de Educação manifestar-se nos seguintes termos:

Verificou-se que a exigência de apresentação de licenças, certidões e certificados previstos na Lei Estadual nº 7.806/2017 e no Decreto Estadual nº 46.890/2019 que não constavam originalmente do edital e seus anexos, tendo sido incluída apenas após o deferimento de impugnação apresentada por licitante, resultou em significativa restrição à competitividade do certame, na medida em que limitou a participação de empresas que, à luz das exigências inicialmente previstas, estariam aptas a concorrer.

A inclusão superveniente de requisitos de habilitação, sem a devida previsão no edital, afronta os princípios da isonomia, ampla concorrência e vinculação ao edital, previstos nos arts. 5º, 18, II, e 62, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como compromete o interesse público, na medida em que restringe o universo de potenciais fornecedores e pode impactar negativamente a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Destaca-se, ainda, a expressiva diferença de valores entre as propostas apresentadas, o que reforça a necessidade de zelar pela economicidade e pela seleção da proposta mais vantajosa, conforme determina o art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, e em observância ao princípio da autotutela administrativa — consagrado pela Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, que autoriza a Administração a revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade —, a Secretaria de



Educação decide pela revogação do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, com o objetivo de preservar a legalidade, a isonomia e a ampla competitividade do certame.

Ressalta-se que a Administração permanece comprometida com a estrita observância da legislação vigente e com a busca do interesse público, motivo pelo qual, oportunamente, promoverá a republicação do edital, com a devida análise e fundamentação quanto à real necessidade e proporcionalidade das exigências de habilitação técnica, em conformidade com o art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Educação de Nova Friburgo





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão II

**DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90.010/2025**

Processo Licitatório nº **22.702/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.010/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA COM ANÁLISE QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA, DESCUPINIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE CUPINS, SANITIZAÇÃO DE AMBIENTE E CONTROLE E MANEJO DE POMBOS E MORCEGOS, para atender às necessidades dos imóveis sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano.

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021, a Pregoeira desta Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento, instituída pela Portaria nº 631 de 10 de março de 2025, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **SENHOR DOS CUPINS LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa vencedora do Lote 01, **FIMPRA SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA**, doravante denominada Primeira Recorrida, e a empresa vencedora do Lote 02, **BONANZA SANEAMENTO LTDA**, doravante denominada Segunda Recorrida, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, informando o que se segue:

I. RESUMO DO RECURSO

A Recorrente apresentou, tempestivamente, recurso por meio do Sistema Compras.gov.br pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A Recorrente alega sucintamente que a Primeira Recorrida deixou de apresentar, na fase de habilitação, os seguintes documentos exigidos no item 4.4 do Termo de Referência: (i) Licença Ambiental vigente, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), autorizando o exercício de atividades de controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro; (ii) Certidões Ambientais emitidas pelo INEA, consistentes em certidão que comprove a existência ou inexistência de penalidades por infrações ambientais nos últimos cinco anos, e certidão que ateste a



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão II

existência ou inexistência de débitos financeiros decorrentes de infrações ambientais no mesmo período.

Quanto à Segunda Recorrida, a Recorrente alega, em síntese, que a mesma também deixou de apresentar, na fase de habilitação, parte da documentação necessária, especificamente: (i) registro vencido no Conselho Profissional competente; (ii) insuficiência dos atestados de capacidade técnica apresentados; (iii) ausência de licenciamento ambiental junto ao INEA, bem como das certidões ambientais exigidas; (iv) falta de comprovação das exigências referentes ao alegado Programa de Integridade; (v) demonstrações contábeis incompletas.

II. DAS CONTRARRAZÕES

A Primeira Recorrida apresentou tempestivamente suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso, aduzindo que (i) o Edital, em seu Capítulo 15, relativo à fase de habilitação, não estabelece como requisito a apresentação de documentos comprobatórios de regularidade ambiental para fins de habilitação das licitantes; (ii) os documentos mencionados pela Recorrente estão previstos no item 4.4 do Termo de Referência, sob a rubrica "Demais Condições", o que evidenciaria seu caráter acessório e complementar, não configurando exigência essencial para a habilitação.

A Segunda Recorrida também apresentou contrarrazões tempestivas, alegando que (i) todos os documentos exigidos para a habilitação foram apresentados conforme o Edital e estão válidos, sendo a única falha relativa à certidão de ART, que decorreu de erro material na anexação eletrônica; (ii) A proposta apresentada mostrou-se vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência e da proposta mais vantajosa, sendo indevida sua desclassificação por mero erro formal sanável; (iii) o atestado de capacidade técnica comprova serviços compatíveis com limpeza de reservatórios e análise de água, tendo sido também apresentados contratos com notas fiscais; (iv) a empresa apresentou as demonstrações contábeis referentes aos exercícios de 2022 e 2023, conforme exigido pelo edital e extraído do sistema SPED, tendo o equívoco da Recorrente decorrido de interpretação incorreta de ano-base e ano-calendário.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão II

III. DA ANÁLISE

Conforme instrução dos autos do Processo de Recurso nº 17.670/2025, após as considerações por esta Comissão de Pregão, os autos foram encaminhados para manifestação da Secretaria de Educação que após a impugnação apresentada por licitante entendeu pela pertinência da exigência de apresentação de licenças, certidões e certificados previstos na Lei Estadual nº 7.806/2017 e no Decreto Estadual nº 46.890/2019 que não constavam originalmente do edital e seus anexos, tendo sido acompanhada pela Procuradoria Geral do Município.

Ocorre que, com a inclusão da exigência, resultou em significativa restrição à competitividade do certame, na medida em que limitou a participação de empresas. Sendo assim, em obediência ao princípio da autotutela administrativa, consagrado pela Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, que autoriza a Administração a revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade, ficou decidido pela revogação do processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 90.010/2024, para posterior realização de novo certame.

IV. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, tendo em vista a decisão pela revogação do presente certame pela autoridade superior da Pasta requisitante, sem nada mais evocar, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.010/2025, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela revogação do certame licitatório.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1511>.

Nova Friburgo, 26 de junho de 2025.

Karla Braga Machado

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula nº 990.996